

CRC SP PREPARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

SUMÁRIO

04 Editorial

05 Cartas

ARTIGOS

06 As armadilhas da redução tributária das empresas médicas



Rogério Aleixo Pereira

08 Gestão empresarial – uma questão de educação e ética



Lindolfo Nunes

09 Escritório contábil precisa de *marketing*



José Henrique Vidal

10 As boas práticas de governança corporativa e sua importância para o mercado de capitais



Jean Carlos Soares de Souza

12 Compensação de prejuízos



Mario Bertoni

15 As contas aos Contabilistas



Valdir Campos Costa

16 A importância do capital de giro no agronegócio



Evaristo Machado Netto

17 A decisão segura



Ademir Lopes Soares

18 A difícil missão do “guarda-livros”



Matheus Cardoso

20 Cuidado com os custos “invisíveis”



Carlos Alberto Zaffani

22 Cooperativismo de crédito ganhou, mas ainda não levou



Manoel Messias da Silva

24 Ética empresarial - um código de sobrevivência



Silvana Martani

25 A magia está em você



Paulo Araújo

NOTÍCIAS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

26 Contabilistas já podem adquirir a certificação digital no CRC SP

REGISTRO

27 Convênio entre o CRC SP e o Tribunal de Justiça garantirá atestado de cadastramento para peritos

28 Não deixe para a última hora: adapte seu contrato social ao novo código civil

28 Teleatendimento fornece informações sobre DHP

FISCALIZAÇÃO

29 Facilitando a vida dos Contabilistas, a DHP pode ser obtida no portal do CRC SP

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

30 CFC altera normas para Educação Profissional Continuada

ESPECIAL

36 Convenções Regionais: a oportunidade de confraternização e atualização dos Contabilistas

37 Conselho Diretor do CRC SP reúne-se com a nova diretoria do CFC

38 CRC SP comemora 59 anos com homenagem a Contabilistas

42 Planejar para 10 anos e modernizar o decreto-lei 9295: algumas das metas da gestão Balaminut

45 Biênio 2006-2007: Atos dos primeiros 100 dias da gestão

46 Marangon, um Contabilista na Jucesp: compromisso de oferecer bons serviços

48 Posse solene dos conselheiros do CRC SP mostra prestígio da classe contábil

50 “Quem sabe o que está buscando e onde quer chegar, encontra os caminhos e o jeito de caminhar.”

54 CRC SP homenageia melhores alunos com Diploma de Mérito

56 Cadastro sincronizado, nota fiscal eletrônica: Fisco paulista parte para o cruzamento de informações

58 CFC cria o leiaute brasileiro de Contabilidade digital

60 Errata



CONTABILISTAS: RUMO À EXCELÊNCIA!

Ao me dirigir pela primeira vez, por meio desta publicação, como presidente do CRC SP aos Contabilistas do Estado de São Paulo, quero agradecer o apoio e a confiança que recebemos para representar os 111 mil profissionais e as 18 mil empresas de serviços contábeis paulistas.

Neste início de mandato, estamos firmemente empenhados em investir na gestão do conhecimento, na qualificação dos profissionais e no incentivo à maior participação dos Contabilistas social e politicamente.

Pela primeira vez, o CRC SP terá um Planejamento Estratégico, que cobrirá o período 2006-2015, e que levará a profissão contábil a um aumento significativo de conhecimento de si mesma: quem é o Contabilista paulista, onde trabalha, onde estão os nichos de mercado que precisam do profissional contábil?

Saber o que queremos é um enorme objetivo, mas perfeitamente plausível, e necessário para o crescimento da profissão. Hoje, somos 111 mil Contabilistas; em 2015, provavelmente, seremos 150 mil.

Por essa razão, temos que ter uma visão de futuro, uma perspectiva que nos projete rumo ao conhecimento, à cultura, que nos torne uma classe que possa competir em nível internacional, em corporações multinacionais, mas que também possa dar o suporte para as micro e pequenas empresas que, por falta de gestão adequada, têm uma alta taxa de "mortalidade".

A classe dos Contabilistas precisa também começar a se mobilizar para sermos ouvidos nas mais altas instâncias governamentais deste país. Chegou a hora de unir nossas forças em torno da mudança do Decreto-lei 9295, redigido em 1946, e que precisa, com urgência, de modificações profundas. Nossa lei de regência tem 60 anos e durante esse período as mudanças que ocorreram no mundo foram enormes, não somente em termos tecnológicos, mas políticos, geográficos e sociais.

Não por acaso, o trabalho que nos espera tem como meta a reintegração de melhorias e inovações, a busca por novos mercados de trabalho, a harmonização das normas contábeis, a nossa inserção no mundo globalizado, onde queremos deixar a nossa marca de segurança, credibilidade e confiabilidade.

Entre 2006 e 2007, o CRC SP realizará 11 Convenções Regionais e uma Convenção Estadual. Vamos disseminar conhecimento, interiorizar informações, ouvir e sermos ouvidos, sempre com a perspectiva da excelência. Contamos com a sua presença, suas idéias e inovações. Aceite nosso convite, participe conosco dessa caminhada.

LUIZ ANTONIO BALAMINT
Presidente do CRC SP



CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Antonio Balaminut
Vice-Presidente de Administração e Finanças: Sergio Prado de Mello
Vice-Presidente de Fiscalização: Domingos Orestes Chiomento
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional: Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi
Vice-Presidente de Registro: José Aref Sabbagh Esteves

Câmara de Controle Interno
Coordenador: Walter Iório
Vice-coordenador: Wanderley Antonio Laporta
Membro: Valdir Campos Costa
Suplentes: Márcia Ruiz Alcazar, Telma Tibério Gouveia e Celina Coutinho

Câmara de Recursos
Coordenador: Osvaldo Monéa
Vice-coordenador: Antonio Neves da Silva
Membros: Cláudio Aníbal Cleto, Maria Anselma Coscrato dos Santos e Arnaldo Longhi Colonna

I Câmara de Fiscalização
Coordenador: Vinício Martins Presti
Vice-coordenador: Niveison da Costa Garcia
Membros: Celso Aparecido Gonçalves, Sérgio Vollet e Zaina Said El Hajj

II Câmara de Fiscalização
Coordenador: Júlio Linuesa Perez
Vice-coordenador: Celso Carlos Fernandes
Membros: José Carlos Melchior Arnosti, Marilene de Paula Martins Leite e Daisy Christine Hette Eastwood

III Câmara de Fiscalização
Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega
Vice-coordenador: Júlio Luiz Baffini
Membros: Carlos Augusto Nogueira, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Coordenador: José Joaquim Boarin
Vice-coordenador: Marcelo Roberto Monello
Membros: José Donizete Valentina, Telma Tibério Gouveia e Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro
Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Vice-coordenadora: Celina Coutinho
Membro: Márcia Ruiz Alcazar

Conselheiros Suplentes
Adilson Luizão, Almir da Silva Mota, Ana Maria Costa, Ana Maria Galloro, Ari Milton Campanhã, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Clorivaldo Garcia Baptista, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Edevaldo Pereira de Souza, Elza Nice Ribeiro Moreira, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Iracélio Perez, Joel Dias Branco, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Osvaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sérgio Borges Felipe, Sérgio Paula Antunes, Setsuo Kaidei Junior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Antonio Balaminut
Comissão de Publicações
Coordenador: Vinício Martins Presti
Membros: Antônio Luiz Sarno, Antonio Neves da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin
Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTb 11347
Assistente: Nerisvaldo José dos Santos

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Projeto gráfico: OlhodeBoi Comunicações
Periodicidade: Trimestral
Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica
Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)
Fax: (11) 3662.0035
e-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

“Meus votos de uma administração com sucesso à nova diretoria do CRC SP. Torço para que nós, Contadores, tenhamos o respeito que merecemos por parte dos clientes e de todos que precisam dos nossos serviços”.

JACKSON FERREIRA

“Li o último BOLETIM CRC SP na biblioteca da minha faculdade e fiquei admirado. Não sabia que existia essa revista para Contabilistas. Vou sempre procurar ler para me manter informado”.

ANDRÉ LUIZ FREITAS

“Parabéns, CRC SP! A DHP Eletrônica é mesmo uma maravilha, que bom que a gente possa desfrutar desse serviço. Hoje em dia não dá mesmo para ficar perdendo tempo em fila”.

MARIA ANGÉLICA FRANÇA

“Estive na entrega do Diploma de Mérito, em dezembro passado, na PUC, e fiquei emocionada com a cerimônia, organizada pelo CRC SP, para os alunos que estavam se formando. Acho que o diploma é um incentivo para os estudantes e uma ótima idéia do Conselho”.

VANDA APARECIDA MORETTO

“Agradeço ao pessoal do CRC Virtual por me mandar todos os dias notícias que ajudam muito a nos manter informados. O site do CRC SP também é uma fonte de informações”.

LUIZ CAMARGO

AS ARMADILHAS DA REDUÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS MÉDICAS

Não é de hoje que o contribuinte busca caminhos legais de redução tributária, até porque trata-se de uma questão de sobrevivência.

Quando da edição da Instrução Normativa nº 306/02, da SRF – Secretaria da Receita Federal, muitas empresas da área médica comemoraram a possibilidade de redução do IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a patamares próximos a 25% do que estavam pagando, permitindo uma sobrevida de diversos empreendimentos.

“ Como tudo em nosso país, o benefício fiscal durou pouco, com a redução do rol de empresas que poderiam participar dessa benesse, quando da edição da Instrução Normativa nº 480/04. ”

Entretanto, como tudo em nosso país, o benefício fiscal durou pouco, com a redução do rol de empresas que poderiam participar dessa benesse, quando da edição da Instrução Normativa nº 480/04.

Para surpresa de toda a classe médica, em abril de 2005, foi editada uma nova Instrução Normativa (nº 539) por parte da SRF, suprimindo boa parte dos efeitos da IN nº 480/04 e ampliando novamente o rol de empresas que podem ter reduzido o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro.

Entretanto, apesar de restabelecido o rol de empresas que podem reduzir sua carga tributária, alguns cuidados devem ser tomados antes da simples adoção de uma carga tributária mais favorável.

Segundo as novas regras, para que a empresa médica possa gozar do benefício, deverá ter seu contrato social registrado na Junta Comercial local, qualificando sua empresa como sociedade empresária, e não mais nos Registros Cíveis de Empresas (Cartórios), que registram apenas sociedades simples; deve alterar seu CNAE perante a Receita Federal para uma atividade típica hospitalar; estar inserida numa das atividades médicas reconhecidas na RDC nº 50 da Vigilância Sanitária Federal e possuir um Alvará da Vigilância Sanitária Local.

Em princípio, o leitor pode achar que nenhuma das condições impostas é extremamente difícil de ser atendida. Mas, podemos garantir, que há outros pontos a se pensar para adotar a redução do IRPJ e da CSLL.

Lembremos da Retenção de 11% do INSS sobre a nota fiscal dos prestadores de serviços. Pois é, a maioria das empresas médicas escapou dessa

“ Apesar de restabelecido o rol de empresas que podem reduzir sua carga tributária, alguns cuidados devem ser tomados antes da simples adoção de uma carga tributária mais favorável. ”

retenção porque seus serviços são prestados exclusivamente pelos sócios, ou, pelo menos, esta declaração é feita aos tomadores de serviços.

Porém, quando o registro da empresa é transferido para a Junta Comercial local, modificando a natureza da empresa de sociedade simples para uma sociedade empresária, a empresa imediatamente passa a sofrer a retenção de 11% do INSS, pois fica incompatível alegar

que o serviço é prestado apenas pelos sócios, já que ao adquirir a condição de sociedade empresária estar-se-ia informando ao Fisco e à praça, que a empresa executa suas atividades com o auxílio de outros profissionais.

Nesta mesma esteira de raciocínio, e ainda por conta da alteração da empresa de sociedade simples para sociedade empresária, está o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, cobrado pelas prefeituras. Em muitos casos, as empresas médicas têm seu enquadramento fiscal como SUPs – Sociedades Uniprofissionais, cujo ISSQN é cobrado de acordo com o número de sócios da sociedade e não sobre o faturamento, justamente por conta de uma característica não-empresarial do estabelecimento médico.

Efetuada, portanto, a alteração do registro da empresa, qualificando-a como sociedade empresária, há que se tomar o cuidado de não ser obrigado a recolher o ISSQN à alíquota de 5% do faturamento, como ocorre em muitos municípios do Estado de São Paulo para as atividades médicas.

O leitor achou pouco? Vamos falar um pouco das empresas médicas que mantêm ações judiciais pleiteando a isenção da Cofins.

Um dos requisitos para a isenção da Cofins, segundo a Lei Complementar nº 70/91, é que as sociedades médicas tenham seu contrato registrado nos Cartórios de Pessoas Jurídicas (atuais Registros Civis). O que acontecerá com aquelas que alterarem o registro da empresa para a Junta Comercial local para reduzir o IRPJ e a CSLL? Certamente perderão, no mínimo, o benefício de discutir se são ou não isentas da Cofins, que ainda têm boa possibilidade de êxito segundo a Súmula nº 276 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Não podemos esquecer, ainda, que a referida adoção de uma base de cálculo mais vantajosa demanda a

apresentação de uma Consulta Fiscal, que é um instrumento legal quando há dúvida na aplicação da legislação tributária federal.

Muitos devem se perguntar o porquê de nossa insistência neste ponto, já que o mencionamos em outros artigos. É muito fácil responder: atualmente, o Fisco Federal utiliza mais instrumentos eletrônicos de fiscalização – conhecido por SIEF – do que fiscalizações *in loco*. O que acontecerá quando o Fisco receber uma das declarações fiscais exigidas por lei com o recolhimento a menor pelo contribuinte, sem que se tenha dado notícia clara do cumprimento dos requisitos da nova Instrução Normativa nº 539? Certamente, encaminhará a cobrança da diferença, não expedirá as certidões negativas tão exigidas nos dias de hoje e sem contar a hipótese da empresa receber um oficial de justiça em sua porta, por conta de uma execução fiscal!

Quanta surpresa!!!

Pelo que se vê, a adoção de uma opção tributária mais vantajosa demanda um amplo estudo sobre sua viabilidade.

Para as empresas médicas que já sofrem a retenção de 11% e pagam o seu ISSQN com base no faturamento, a adoção da IN nº 539/05 pode ser uma boa opção. Para as demais...

Por outro lado, verifica-se que o Fisco de bom samaritano não tem nada. É o mesmo que dar de um lado e tirar do outro.

Cuidado com as armadilhas do Fisco!

“ Com a alteração do registro da empresa, qualificando-a como sociedade empresária, há que se tomar o cuidado de não ser obrigado a recolher o ISSQN à alíquota de 5% do faturamento.”

”

ROGÉRIO ALEIXO PEREIRA -
Contabilista e advogado especializado
em Direito Tributário.

GESTÃO EMPRESARIAL – UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO E ÉTICA

Durante a consolidação do diagnóstico de uma situação em determinada empresa, constatamos uma dificuldade muito maior do que os distúrbios que atrapalham o bom desenvolvimento da equipe, prejudicando bastante os resultados. Essa causa é motivo muito freqüente nas avaliações e traz consigo uma dificuldade na condução da orientação dos caminhos a serem sugeridos pelos profissionais, devido à real percepção com relação ao que vamos chamar de diagnóstico diferencial. Muitas vezes, vemos que determinado grupo tem em seu meio um certo integrante, que é competente, bem preparado, mas que apresenta dificuldades de relacionamento com seus pares. Isso se dá por dois aspectos importantes: a sua educação e os seus princípios, pois eles dizem respeito à formação desse profissional.

É muito importante que nos detenhamos um pouco nesses dois tópicos. Sofremos, atualmente, de uma flexibilidade muito grande em nossos padrões, a ponto de sermos levados a uma condescendência com nossos princípios, de modo que certas distorções passam a ser encaradas como “normais”, tanto social como pessoalmente, e aos poucos aceitas e difundidas, trazendo consigo uma série de “defeitos” nos diversos círculos – sociais, familiares e profissionais.

Já observamos esse fato em algumas empresas, o que permite que entendamos que qualquer condescendência ou “tolerância” levam a problemas com nossos colegas de trabalho, com o grupo no qual estamos inseridos e com a empresa. Esse tópico é bem diferente dos citados anteriormente, que privilegiam o indivíduo que age de forma desleal,

muitas vezes desonesta, escondendo distúrbios sérios como inveja negativa, ambição desmesurada e modos de operabilidade pouco decentes; mas tal pessoa não entende isso como errado, mas como algo “bom”, louvável e para o bem da empresa, porque essa falta de ética é entendida como arrojo e agressividade profissional. Essas situações têm se tornado muito freqüentes, o que começa a nos preocupar; pois, além de uma sólida formação profissional, a ética deve ser a base da personalidade do indivíduo.

Infelizmente, essa é uma patologia de difícil acesso psicoterapêutico, e cujos resultados se aproximam do insucesso. Portanto, somos levados a sugerir o afastamento desse funcionário, pois será só uma questão de tempo para que o problema se alastre!

“

Além de uma sólida formação profissional, a ética deve ser a base da personalidade do indivíduo.

”

O outro aspecto a ser comentado é a educação, intrinsecamente ligada ao tópico anterior, e que também traz algumas considerações importantes. Uma delas é a freqüente confusão entre educar e estudar, como se fossem sinônimos e tratados da mesma forma.

Educação é a soma da informação, conhecimento (estudo), vivências, experiências etc., portanto, algo muito complexo e de grande investimento por parte do indivíduo. Quando nos referimos a alguém como educado, estamos querendo dizer tudo isso e não simplesmente que é alguém que estudou!

Em nossa experiência, temos encontrado diversos profissionais muito estudados, mas nem sempre igualmente educados ou éticos, enquanto que a educação e ética deveriam ser alicerces de toda a formação desses indivíduos. É muito frustrante vermos profissionais tão preparados, porém, com códigos internos tão “flexíveis”, “tolerantes”, que acabam por deixar a impressão de que agem pelo princípio da “vantagem”. Também é uma questão de tempo até mostrarem que só estudo não dá conta de seu sucesso.

Lembrando os fundamentos confucionistas dos princípios (Li), virtude (De) e educação, conseguiremos o equilíbrio (inclusive emocional) para nos postarmos adequadamente em qualquer meio, sobretudo no empresarial. Daí que educação e ética passam a ser imprescindíveis numa boa gestão.

ESCRITÓRIO CONTÁBIL PRECISA DE *MARKETING*

O Contador sempre se manteve concentrado em suas atribuições técnicas, voltando-se pouco para o mercado. Nos dias de hoje, entretanto, tal postura não é uma receita boa para o sucesso. Com o advento da concorrência, cada vez mais intensa e competente, o *marketing* passa a ser uma necessidade. A essência da idéia do *marketing* é identificar, entender e atender bem as necessidades de um grupo de clientes, sejam elas racionais ou emocionais, construindo uma relação mutuamente positiva, sólida e duradoura.

O Contador empreendedor, autônomo ou empresário contábil precisa conhecer um pouco mais de *marketing* e colocá-lo efetivamente em prática. Muitos confundem *marketing* com publicidade ou com posturas agressivas incompatíveis com a imagem profissional que o Contador precisa transmitir. O bom *marketing* não é nada disso.

O *marketing* é uma filosofia pela qual fazer negócios pressupõe que a razão da empresa seja atender as

“
Marketing é
identificar,
entender
e atender
bem as
necessidades
de um grupo
de clientes,
sejam elas
racionais ou
emocionais.”

necessidades dos clientes de modo eficiente e competitivo; é um conjunto de conceitos e técnicas com enfoque na segmentação do mercado, posicionamento estratégico e, por fim, um conjunto de atividades que otimiza a relação com o cliente.

Por onde começar? A implantação de um escritório contábil vai demandar uma mudança de comportamento do Contador, o que não é fácil. Pensamentos e sentimentos são fatores que complicam esta mudança. É preciso estudar muito bem o assunto com diretrizes e projeções, porque qualquer mudança primeiramente tem que reconhecer, com visão e determinação, a necessidade “em busca do quê?”.

JOSÉ HENRIQUE VIDAL - Pós-graduando em Controladoria e Finanças no Instituto Nacional de Pós-graduação.

siaec plenus Quer melhorar sua produtividade?

O SIAEC Plenus é um produto constituído por cinco módulos que atendem as empresas contábeis de forma plena. Esse produto oferece as informações necessárias para que seus clientes tenham resultados precisos, garantindo a eles a qualidade no seu atendimento. Além disso, a SuperSoft oferece atualizações constantes no que se refere a legislação, bem como implementações nos sistemas. >>> Permite a integração de seu escritório com seus clientes

Sistemas modulares e integrados que facilitam e agilizam a implantação:



SSAdecon
Adm. do Escritório



SSContab
Contabilidade



SSAtivo
Cont. Patrimonial



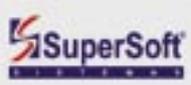
SSFiscal
Escrit. Fiscal



SSFolha
Fol. de Pagamento

www.supersoft.com.br

VENIDAS
0800 127455 / 11-6198.1719



AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO DE CAPITAIS

O debate sobre governança corporativa ganhou destaque nos últimos anos no Brasil e no mundo, principalmente após os escândalos de manipulação de dados contábeis, que revelou ser uma prática não tão incomum em grandes empresas norte-americanas como Enron, Tyco e WorldCom.

As mudanças introduzidas na Lei das Sociedades Anônimas, a Cartilha de Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre Governança Corporativa, os Níveis Diferenciados de Governança da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, e o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, criado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, revelam um avanço significativo e um profundo interesse institucional na aplicação de tais conceitos por parte das empresas brasileiras.

A Cartilha de Recomendações da CVM¹ define que a “*Governança Corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas*”.

O autor Andrew Jenner² nos traz um conceito bastante inovador: “*A Governança Corporativa consiste no respeito consciente e sistemático aos direitos legais e morais dos acionistas minoritários e outros básicos, por parte de diretores e de acionistas controladores das empresas, a fim de maximizar o valor das empresas para todos*”.

Utilizando-se dos conceitos abordados anteriormente, podemos destacar que as Boas Práticas de Governança Corporativa estão alicerçadas em três elementos fundamentais:

- a) transparência na Gestão dos Negócios da Companhia (*Disclosure*);
- b) tratamento igualitário dos acionistas (*Fairness*); e
- c) prestação de contas (*Accountability*).

No mundo dos negócios, a transparência na gestão, o bom relacionamento com os investidores e a divulgação de informações com qualidade e em tempo hábil para tomada de decisões são ferramentas indispensáveis para que as companhias abertas adquiram posição de destaque no segmento em que atuam e se beneficiem do mercado de capitais como um instrumento de captação de recursos.

TABELA 1.1 – DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE AÇÕES DE COMPANHIAS ABERTAS OCORRIDAS RECENTEMENTE NA BOVESPA

Empresa	Cód de Neg.	Nível de Governança	Data da Oferta	Quantidade de Ações Ofertadas	Preço definido através de <i>Bookbuilding</i>	Valor Total da Oferta	Evolução das Ações em relação ao preço da Oferta até 24/09/2004
Cia de Concessões Rodoviárias	CCRO3	Novo Mercado	24/05/2004	15.957.447	23,50	375.000.004,50	54,89%
Natura Cosméticos S/A	NATU3	Novo Mercado	24/05/2004	21.044.401	36,50	768.120.636,50	60,82%
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A	GOLL4	Nível 2	24/06/2004	38.007.500	26,57	1.009.859.275,00	12,53%
ALL – América Latina Logística S/A	ALLL4	Nível 2	25/06/2004	12.645.161	46,50	588.000.000,00	23,66%

Fonte: www.bovespa.com.br e *Companhias Emissoras*

¹ Cartilha de Recomendações sobre Governança Corporativa. Julho 2002.

² Citado na palestra proferida pela diretora da CVM, Norma Parente, na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 2002.

As bem-sucedidas aberturas de capital ocorridas recentemente na Bovespa (Natura, Gol e América Latina Logística) revelaram o apetite dos investidores em adquirir papéis de empresas com altos níveis de governança e, com isso, a adesão ao Novo Mercado e ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, no lançamento de ações ou de títulos de dívida corporativa passou a ser não apenas uma necessidade, como também um pré-requisito no processo de captação de recursos da companhia emissora.

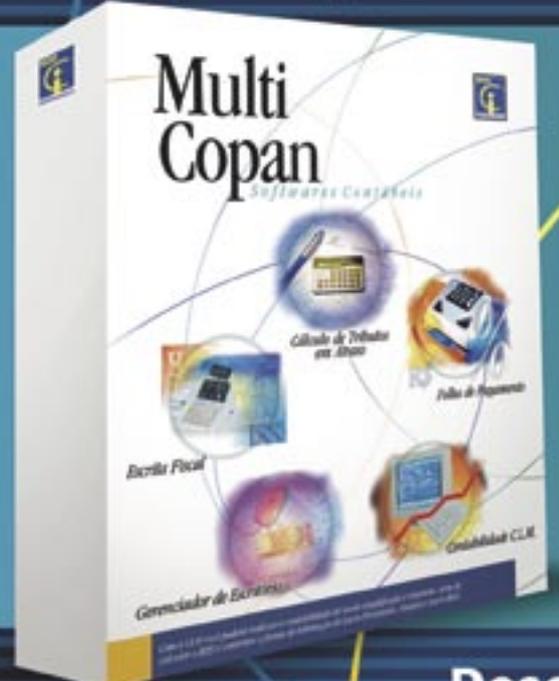
Em suma, as boas práticas de governança corporativa agregam valor à companhia e têm reflexo direto nos

“
As boas práticas de governança corporativa agregam valor à companhia e têm reflexo direto nos processos de captações de recursos.”

processos de captações de recursos, uma vez que a transparência, a ética e a equidade estão intimamente ligadas e suas aplicações pelo mercado são inestimáveis.

*JEAN CARLOS SOARES DE SOUZA -
 Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Finanças Corporativas pela Universidade Mackenzie.*

Sua empresa pode muito mais... Seja nosso Representante



MultiCopan
 Softwares Contábeis

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Contabilidade C.L.M.
- Cálculo de Tributos em Atraso
- Gerenciador de Escritório

0800-7702040
www.multicopan.com.br

Descubra esta ferramenta. 

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Este estudo tem por objetivo a apuração e a compensação de resultados operacionais com os resultados não-operacionais e tem fundamentação legal no artigo 31 da Lei no 9.249/95, com as instruções contidas nos artigos 35 e 36 da IN SRF nº 11/96.

Antes de iniciarmos, cabe esclarecer a distinção entre a apuração e a compensação dos resultados. Assim podemos afirmar que:

- apuração de resultados é a integração no lucro real dos resultados operacionais com os resultados não-operacionais apurados no mesmo período-base; desta forma, ambos os resultados se fundem criando o resultado do exercício;
- compensação de resultados é a faculdade de compensar os lucros do exercício, de forma individualizada, com

lucros da mesma natureza apurados nos períodos anteriores, classificados no LALUR (Parte "B").

Na apuração dos resultados de uma empresa, as atividades não-operacionais integram a base de cálculo para o lucro real. Assim, no período de apuração de alienação de bens do ativo permanente, os resultados não-operacionais, sejam positivos ou negativos, farão parte do lucro real.

"Art. 36. Os prejuízos não-operacionais, apurados a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados, nos períodos-base subseqüentes ao de sua apuração, com lucros de mesma natureza, observado o limite de que trata o *caput* do artigo anterior:

(...).

§ 4º. No período-base de ocorrência, os resultados não-operacionais, positivos ou negativos, integrarão o lucro real." (g.m)

Nesta linha, o Prof. Hiromi Higuchi discorre:

"A Instrução veio permitir a compensação de perdas não-operacionais apuradas no período-base com lucros operacionais, também, apurados no mesmo período-base. A Instrução só veda a compensação de prejuízos não-operacionais apurados no período-base com lucros operacionais apurados em períodos-base subseqüentes". (Imposto de Renda das Empresas - Interpretação e Prática, Atlas, 2002, 27ª. Edição, pág. 399).

Haverá exceção a esta regra, sendo necessário ocorrer cumulativamente resultados negativos, tanto no resultado

não-operacional, quanto na apuração do lucro real.

"§ 5º. A separação em prejuízos não-operacionais e em prejuízos das demais atividades somente será exigida se, no período, forem verificados, cumulativamente, resultados não-operacionais negativos e lucro real negativo (prejuízo fiscal)."

Assim, será necessária a análise das seguintes condições:

- se o prejuízo fiscal for maior, todo o resultado não-operacional negativo será considerado prejuízo fiscal não-operacional e a parcela excedente será considerada prejuízo fiscal das demais atividades (exemplo no quadro abaixo - ano 19x2);
- se todo o resultado não-operacional negativo for maior ou igual ao prejuízo fiscal, todo o prejuízo fiscal será considerado não-operacional.

Verificadas as hipóteses acima, a pessoa jurídica deverá apurar os prejuízos não-operacionais e os decorrentes das atividades operacionais, controlando-os em folhas específicas, individualizadas por espécie, na parte "B" do LALUR, para compensação com lucros da mesma natureza apurados nos períodos subseqüentes.

Assim, no período-base em que for apurado resultado não-operacional positivo, todo o seu valor poderá ser compensado com os prejuízos fiscais não-operacionais de períodos anteriores independente da base de 30% estabelecida pela legislação. Porém, a compensação na apuração do lucro real não poderá ultrapassar os 30%, isto é, o excesso compensado no resultado não-operacional deverá ser amortizado na apuração do lucro real.



O excesso compensado no resultado não-operacional deverá ser amortizado na apuração do lucro real.



QUADRO EXEMPLIFICATIVO DISPONIBILIZADO NA WEB PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Detalhes	Ano 19x1	Ano 19x2	Ano 19x3	Ano 19x4
1 - Resultado não-operacional	(80,00)	(80,00)	50,00	40,00
2 - Resultado operacional	150,00	(60,00)	150,00	(240,00)
3 - Adições	0,00	10,00	10,00	0,00
4 - Exclusões	0,00	50,00	10,00	10,00
5 - Lucro real antes da compensação de prejuízos	70,00	(180,00)	200,00	(210,00)
6 - Compensação prejuízo não-operacional	0,00	0,00	50,00	0,00
7 - Compensação prejuízo operacional	0,00	0,00	10,00	0,00
8 - Lucro real	70,00	(180,00)	140,00	210,00
9 - Prej. fiscal não-operacional (controle no LALUR)	0,00	80,00	30,00	0,00
10 - Prej. fiscal operacional (controle no LALUR)	0,00	100,00	90,00	120,00

Observar que a soma dos prejuízos compensados não poderá ser maior do que 30% do lucro real.

Observando o quadro acima, no ano 19x3 - item 5, temos um lucro real de R\$ 200,00. Destes, R\$ 50,00 foram compensados a título de resultado não-operacional. Observe que a compensação foi de 100% sobre o resultado não-operacional, ou seja, R\$ 50,00 contra os R\$ 15,00, se limitarmos aos 30%.

Sobre o resultado operacional de R\$ 150,00, do qual poderíamos compensar R\$ 45,00, foram compensados apenas R\$ 10,00, isto porque o excedente do compensado no resultado não-operacional se amortizou no resultado operacional. Mesmo assim, os R\$ 60,00 permitidos pela legislação, ou seja, 30% dos R\$ 200,00, foram compensados.

Agora, imagine um lucro não-operacional de R\$ 40,00 cujo resultado (lucro real) do exercício foi de R\$ 210,00 de prejuízo; assim, não seria possível compensar os R\$ 40,00 acima, em virtude do exercício mencionado ter como resultado R\$ 210,00 de prejuízo. Nesta hipótese, faz-se a reclassificação do saldo de prejuízos não-operacionais para prejuízos operacionais, pois,

neste caso, considera-se que ocorreu a compensação entre o prejuízo fiscal não-operacional de anos anteriores e o lucro não-operacional do próprio período-base (exemplo no quadro acima: ano 19x3 e 19x4 – item 10).

Nesta linha, o Prof. Hiromi Higuchi discorre:

“Os §§ 10 e 11 do art. 36 da Instrução prevêem hipótese de reclassificação, no LALUR, de prejuízo fiscal não-operacional para prejuízo fiscal operacional. Isso ocorre se a pessoa jurídica tem prejuízo fiscal não-operacional de períodos-base anteriores e apura lucro não-operacional e prejuízo operacional. Neste caso, considera-se que ocorreu a compensação entre prejuízo fiscal não-operacional de anos anteriores e lucro não-operacional do período-base.” (Imposto de Renda das Empresas - Interpretação e Prática, Atlas, 2002, 27ª. Edição, pág. 399).

O prejuízo fiscal da atividade rural a ser compensado é o apurado na determinação do lucro real demonstrado no LALUR. À compensação dos prejuí-

“ O prejuízo fiscal da atividade rural a ser compensado é o apurado na determinação do lucro real demonstrado no LALUR. ”

zos decorrentes da atividade rural, com lucro real da mesma atividade, não se aplica o limite de 30% em relação ao lucro líquido ajustado (Lei nº 9.065, de 1995, art. 15).

O prejuízo fiscal da atividade rural, apurado no período de apuração, poderá ser compensado, sem limite, com o lucro real das demais atividades apuradas no mesmo período de apuração. Entretanto, na compensação dos prejuízos fiscais das demais atividades, assim como os da atividade rural com lucro real de outra atividade, apurados em período de apuração subsequente, aplica-se a limitação de compensação em 30% do lucro líquido ajustado, bem como os dispositivos relativos à restrição da compensação de prejuízos não-operacionais a resultados da mesma natureza obtidos em períodos posteriores. (Fonte: www.receita.fazenda.gov.br).

“Art. 35. Para fins de determinação do lucro real, o lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do imposto de renda, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais em até, no máximo, trinta por cento.” (...)

“§ 4º O limite de redução de que trata este artigo não se aplica aos prejuízos fiscais decorrentes da exploração de atividades rurais, bem como aos apurados pelas empresas industriais titulares de Programas Especiais de Exportação aprovados até 3 de junho de 1993, pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação - BEFLEX, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.981 com a redação dada pela Lei nº 9.065, ambas de 1995.”

Estas compensações não estão sujeitas ao limite de 30%, estando limitadas, apenas, ao valor do lucro real antes da compensação de prejuízos. Ressalte-se

“**Ressalte-se que é vedada a compensação do prejuízo fiscal da atividade rural apurado no exterior com o lucro real obtido no Brasil, seja este oriundo da atividade rural ou não.**”

que é vedada a compensação do prejuízo fiscal da atividade rural apurado no exterior com o lucro real obtido no Brasil, seja este oriundo da atividade rural ou não.

O que fazer quando, numa incorporação, a incorporada tiver prejuízos a compensar?

Na visão do Fisco, a utilização dessas perdas é limitada a 30% do lucro líquido da empresa. No entanto, em recente decisão, a empresa Nordeste Química S.A. - Norquisa, do grupo Odebrecht, obteve decisão favorável do Conselho de Contribuintes, que decidiu que a empresa, quando incorporada, pode aproveitar todos os prejuízos fiscais no seu balanço de encerramento.

“INCORPORAÇÃO – DECLARAÇÃO FINAL DA INCORPORADA – LIMITAÇÃO DE 30% NA COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS – INAPLICABILIDADE - No caso de compensação de prejuízos fiscais na última declaração de rendimentos da incorporada, não se aplica a norma de limitação a 30% do lucro líquido ajustado.”

(Processo 1.3502.000497/00-11, acórdão CSRF/01-04.258, relator Celso Alves Feitosa, sessão de 02/12/2002).

A sentença teve por base que, no caso de incorporação, uma vez que é vedada a transferência de saldos negativos, não há impedimento legal para estabelecer limitação diante do encerramento da empresa incorporada.

AS CONTAS AOS CONTABILISTAS

Um geólogo capitaneou a Receita Federal, um economista administrou a Saúde, um médico comanda o Ministério da Fazenda... Nada contra eles – Everardo Maciel, José Serra, Antonio Palocci – e suas respectivas categorias. Mas a resistente cultura de loteamento do poder nos leva a suspeitar do mau uso de habilidades nos cargos públicos estratégicos.

Natural que o presidente, um governador ou prefeito atribua a homens de confiança o leme de postos vitais em sua administração. Idoneidade é fundamental. No entanto, parece ser de bom tom priorizar o conhecimento do campo em que se atua.

Vamos aos fatos. O dilema do Brasil sempre esbarra em sua saúde financeira: crescer na proporção da

dívida, e deixar como herança o fardo de efeitos nocivos, ou equacionar a economia e pavimentar o cenário para o tão sonhado crescimento sustentado? Pois bem. Se as contas do país são a essência de seu futuro, por que não entregá-las a quem tem intimidade com os cálculos gerenciais?

Alguém se lembra dos Contabilistas – bacharéis formados em Ciências Contábeis, e Técnicos em Contabilidade – no topo da pirâmide estatal, em suas distintas escalas? Provavelmente não. Será mais fácil encontrá-los nos bastidores, principalmente na iniciativa privada, tratando das contas de grandes, médias e pequenas corporações, fomentando executivos com dados seguros que estimulem ou alertem acionistas. Enfim, tal qual um médico elabora o *check-up* minucioso e permanente da saúde financeira que propuliona a expansão.

No mercado nacional, existem cerca de 390 mil Contabilistas em atividade. Boa parte deles deveria estar lotada na fiscalização de tributos, mas nem isso se respeita. A súmula 4 do Conselho Federal de Contabilidade estabelece: “...o exercício das atribuições de fiscal de tributos, inclusive da Previdência Social, constitui prerrogativa de Contador, descabida a baixa de registro por esse fundamento.” São eles que conduzem auditorias, perícias, relação de haveres, apuram a origem e aplicações de recursos, mutações de patrimônio líquido. Em resumo, de modo simplório, não só conhecem bem a relação entre receita e despesa, como também são suficientemente hábeis para farejar a origem escusa de investimentos – a famigerada lavagem de dinheiro.

O que se busca, nesta lembrança da competência dos Contabilistas para

contribuir de maneira eficaz na administração do país, não é lhes garantir uma reserva de mercado. Bem pelo contrário, o objetivo é tentar curar o Brasil do eterno padecimento fiscal com medidas técnicas, isentas de discurso tecnocrata. É comprovar, por exemplo, que a Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser eficaz, desde que bem aplicada, sob um rigoroso e obrigatório controle, típico das auditorias independentes insuspeitas – outra atribuição dos Contabilistas, diga-se de passagem. Na esfera política, imagine, a obrigatoriedade do Contabilista no acerto de contas das campanhas eleitorais seria revolucionária, com as origens e destinações inquestionáveis do milionário vaivém de doações. Alguém se habilita?

Uma categoria organizada, atenta aos eventuais deslizos de seus pares, pronta para cortar a própria carne, se necessário, habilitada e sem vícios políticos. Que tal experimentar o Contabilista? Em tempos de MP 232, de Banestado etc., o paliativo político é um mal necessário. Mas na hora h, acredite, a economia cairá para a enfermaria e, com todo respeito, Dr. Palocci, o estetoscópio irá para as mãos de quem se ocupa diariamente do diagnóstico financeiro alheio... Não vale a pena prevenir: Talvez tenha até passado um pouco do momento, mas ainda é tempo de entregar as contas aos Contabilistas.

VALDIR CAMPOS COSTA - Diretor da Conape Auditores Independentes e conselheiro do CRC SP.

“

Um país que admite sua fragilidade na educação e sucumbe ao desequilíbrio fiscal não pode prescindir de profissionais preparados e gabaritados para cuidar de sua Contabilidade. ”

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL DE GIRO NO AGRONEGÓCIO

Sempre que uma catástrofe natural se abate sobre a agricultura, os produtores rurais brasileiros enfrentam a mesma situação desesperadora: falta de dinheiro para pagar os financiamentos e empréstimos contraídos para o plantio. A mesma situação se repete quando o preço de alguma *commodity* sofre alteração no mercado internacional. Os dois exemplos recentes, e graves, se abateram nos últimos meses sobre a agricultura brasileira – a seca prejudicou principalmente a produção no Sul do país e o preço da soja caiu em nível global. Como consequência, os agricultores amargam prejuízos consideráveis.

O Brasil é uma potência agropecuária: é o terceiro maior exportador

“

O produtor não tem saída: se parar de investir, sai do mercado; se modernizar a produção, vê os preços caírem. A lógica é cruel e, neste ciclo, dificilmente sobra algum recurso para criar fundos de reservas. ”

agrícola mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia. Desponta como o primeiro produtor e exportador de café, suco de laranja e açúcar. É o segundo maior na produção de soja, e tem a liderança na exportação desse grão. Também está na segunda colocação no *ranking* mundial em produção e exportação de farelo e óleo de soja.

Para manter este *ranking* e crescer com as oportunidades que surgem pela demanda mundial por alimentos, o governo deve mudar a forma de encarar a agricultura. Para evitar ou minimizar perdas futuras, existem dois caminhos possíveis. O primeiro passa pelo governo. São ações básicas: investir em políticas claras e de longo prazo para o setor; ofertar um seguro rural que garanta a renda do produtor e criar mecanismos para equilibrar o mercado, usando um estoque regulador de produtos quando for necessário. No caso do seguro de renda, a medida está ao alcance do governo. Basta implementar.

Não se trata de subvenções, proteção ou ajuda, mas de criar condições que garantam a estabilidade deste mercado influenciado a cada safra por variáveis incontroláveis, como o tempo.

Com o governo dando a base, podemos começar a trilhar o segundo caminho, ou seja, a formação de capital de giro nas propriedades. Hoje, o agricultor consegue apenas sobreviver e viver o momento. Comemora safras recordes e não faz reservas porque quase sempre é arrojado e reinveste o que ganha. Aliás, esta é uma condição essencial para se manter no mercado, mas acaba se refletindo em outra realidade: com a implantação de técnicas

e equipamentos modernos, a produção tende a aumentar e os preços caem.

O produtor não tem saída: se parar de investir, sai do mercado; se modernizar a produção, vê os preços caírem. A lógica é cruel e, neste ciclo, dificilmente sobra algum recurso para criar fundos de reservas.

O capital de giro, comum nas empresas, é peça-chave para a estabilidade da agricultura e da própria economia. Quando o agricultor perde uma safra, toda a cadeia ao seu redor se desestabiliza, com reflexos quase sempre geradores de problemas mais sérios, como o aumento do êxodo rural. Outra consequência direta é o reflexo no comércio dos municípios de economia agrícola. A queda brusca de renda pode inviabilizar a administração das pequenas cidades. Sem dinheiro, o agricultor não compra, o comerciante não vende e os pequenos municípios ficam ainda menores.

É justo que o produtor rural precise poupar, mas hoje ele não consegue. Sem seguro de renda, políticas de longo prazo, medidas de emergência para controlar o estoque de preços e regular o mercado, a situação não vai melhorar. A mudança é cultural e precisa acontecer para que o agronegócio continue apresentando os bons resultados dos últimos anos.

EVARISTO MACHADO NETTO -
Presidente do sistema OCESPI/
SESCOOP-SP – Organização das
Cooperativas do Estado de São Paulo
e Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo em São Paulo.

A DECISÃO SEGURA

É muito comum dizermos que pagamos por um seguro na esperança de não utilizá-lo. O que estamos comprando na contratação de um seguro é, na sua essência, a tranqüilidade. Pagamos pela proteção de algo que não queremos perder, nem ver destruído ou avariado. Porém, prevenimo-nos, ao máximo, para que isto não ocorra.

Mas, se o fato não desejado acontecer, passado o trauma, fica a certeza de que fizemos a coisa certa, que valeu a precaução. É o custo da segurança.

Você pode segurar seus bens pessoais, patrimônio empresarial e até a própria vida. Existem, contudo, certas decisões que você tomará, com influência futura na sua segurança e tranqüilidade, que devem merecer um estudo criterioso para se evitar o indesejável.

Na contratação de profissionais para auxiliá-lo, quer na sua empresa ou mesmo na vida pessoal, procure escolher aqueles que reúnam as melhores condições técnicas, competência e idoneidade profissional, para garantir uma prestação de serviços realmente eficaz.

Se você estiver com um problema de saúde, pessoal ou na família, certamente gostaria de ter o caso analisado pelo melhor médico. E na sua empresa? Você também procura o melhor profissional?

São tantas as exigências para se manter uma empresa em atividade, que você precisa se cercar de pessoal competente. Comprar, vender, prestar o serviço ao que você se propôs – e com muito bom atendimento – é (ou deverá ser) a sua área. Você deverá se ocupar da atividade principal da sua empresa e nela persistir. Nas áreas

que não domina, delegue ou terceirize as tarefas.

Ao fazer sua escolha, selecionando seus consultores e assessores, aja como se estivesse contratando um seguro. Pense na tranqüilidade futura que almeja para sua empresa. Opte pela segurança que advirá com a contratação.

Faça um estudo criterioso. Analise o perfil do contratado. Peça e consulte as referências. Se for fazer uma obra, procure um bom engenheiro; se o assunto é jurídico, procure um bom advogado; se empresarial ou tributário, procure por um bom Contador. Não se arrisque. Para cada problema específico existe um *expert* adequado. Não confie seus valores a quem não os preza.

Fazendo uma boa escolha, optando por um profissional qualificado, que agregará valores ao seu empreendimento, certamente, no futuro, bons frutos serão colhidos, oriundos desta salutar parceria.

E o custo? – você me pergunta.

E eu, com absoluta clareza, responderei que o custo, na verdade, não deve ser encarado como tal, mas, sim, como um investimento na proteção e segurança do seu patrimônio.

“
Ao fazer
sua escolha,
selecionando
seus consultores
e assessores, aja
como se estivesse
contratando um
seguro. Pense
na tranqüilidade
futura que almeja
para sua empresa.”

ADEMIR LOPES SOARES - Bacharel em Ciências Contábeis, em Administração de Empresas e em Direito, diretor do Sindcon - Sindicato dos Contabilistas de Sorocaba, e da Assecon - Associação Sorocabana de Escritórios de Contabilidade.

A DIFÍCIL MISSÃO DO “GUARDA-LIVROS”

Há algum tempo atrás, a Contabilidade no Brasil era vista sob a figura do “guarda-livros” e, hoje, sob força de empresas descompromissadas e pelo próprio desinteresse do profissional, muitos Contadores acabam retomando essa figura antiga, decorativa na empresa, quando estes, usando de suas capacidades intelectuais, poderiam dar uma enorme contribuição para a administração da mesma.

Os Contadores têm se dividido em dois tipos: “guarda-livros” e *controllers*.

Os “guarda-livros” são aqueles que realmente não demonstram qualquer compromisso com a empresa em que trabalham ou prestam serviço restringindo-se a fazer lançamentos e arquivar documentos.

“ Os *controllers* são Contadores que se destacam agregando funções ao seu trabalho, principalmente auxiliando na tomada de decisão.” ”

Já os *controllers* são Contadores que se destacam agregando funções ao seu trabalho, principalmente auxiliando na tomada de decisão e proporcionando ganhos financeiros. Eis porque muitos *controllers* acabam assumindo cargos de direção empresarial.

A falta de posicionamento do profissional contábil acaba por criar outro dilema: manter um departamento contábil interno ou terceirizar o serviço?

Nesse caso, o grande aspecto a ser levado em conta é o porte da empresa, pois quando falamos de empresas de pequeno porte, a solução mais barata e rápida, sem dúvida, seria a terceirização do serviço, que se torna a melhor opção diante de um volume de fatos e documentos relativamente baixos.

Porém, quando falamos de uma empresa de médio e grande porte, a coisa muda de figura. Diante de um volume de informações e da necessidade de rapidez na extração de dados que passam pela Contabilidade, a constituição de um departamento contábil ou a simples manutenção de um profissional, em âmbito interno, ganha uma grande importância.

O que acontece, às vezes, na prática, é que muitas empresas grandes (inclusive do setor agroindustrial) mantêm serviços contábeis terceirizados, dificultando, assim, o acesso rápido às informações contábeis, bem como o acesso ao próprio profissional contábil e até ao acompanhamento do serviço deste.

Empresas deste porte devem manter um departamento contábil interno e, talvez, contratar um profissional externo, como consultor, para realizar análises, projeções etc.

O problema maior é que muitas empresas e muitos “guarda-livros” ainda não acordaram para a importância contábil. Todas as informações vitais para a

“ Todas as informações vitais para a empresa circulam pela Contabilidade ou são extraídas por ela. ”

empresa circulam pela Contabilidade ou são extraídas por ela. Informações que podem dar rumos para empresas, prever situações de prejuízo ou lucro e, até mesmo, projetar a evolução da empresa com base no histórico ocorrido.

A análise dos indicadores financeiros é possível por meio dos números do Balanço Patrimonial, DOAR, Demonstração de Resultados e outros instrumentos, fornecendo aos empresários um “raio-X” da vida da organização, ou melhor, uma “tomografia” com muitos detalhes a serem observados.

Apesar de toda a evolução, ainda hoje alguns Contadores acabam trabalhando literalmente como “guarda-livros”, dificultando o já difícil entendimento da Ciência Contábil para os administradores.

O Contador é uma das peças fundamentais da empresa, mas não basta que a empresa perceba isso, pois o

profissional contábil também tem que mostrar seu valor:

Infelizmente, a maioria dos administradores atua de maneira superficial, enquanto o Contador pode atuar como um especialista nos órgãos vitais, tendo, assim, uma visão muito mais profunda e analítica sobre o empreendimento, e fazendo uso de seus principais instrumentos.

E como se não bastasse, na maioria das grandes empresas, quando um funcionário diz que precisa ir à Contabilidade, praticamente sente arrepios. É como se tivesse que descer a um porão daqueles bem sombrios (coisa de filme, mas é o que acontece).

O pior de tudo é que o Contador ainda é visto como uma figura repugnante, que vive em um mar de papéis,

poeiras e teias. São tabus como esses que dificultam o entrosamento entre Contabilidade e administração.

Uma Contabilidade bem estruturada pode não só economizar dinheiro ao empresário como também evitar dores de cabeça futuras com fiscalização e órgãos governamentais.

A própria Contabilidade de Custos costuma classificar o salário do Contador como uma despesa, mas, na verdade, este deveria ser classificado como um "investimento", pois é o que o empresário faz na sua empresa quando paga um Contador.

Neste âmbito, a correta utilização das habilidades contábeis realizadas por um Contador, e não por um "guardalivros", deixa a empresa em vantagem

com relação às negociações financeiras e mesmo em relação à concorrência.

Para finalizar, fica aqui um alerta para as empresas e para os profissionais: "a Contabilidade é uma arte que deve ser melhor explorada, entendida e utilizada, pois, só assim, as empresas poderão ter rumos mais certos em tempos tão incertos".

MATHEUS CARDOSO - Bacharel em Ciências Contábeis, consultor, professor universitário e profissional da área de Controladoria.

**NOSSAS
IDÉIAS SÃO MAIS
PRÁTICAS**



Motivos que fazem o nosso Programa ser "SUPER"

Determinação - Comprometimento - Excelência
Direcionamento - Atualização - Iniciativa

Qual seu desejo?

Qualidade, Agilidade, Segurança,
Economia e Lucratividade.

Então solicite uma apresentação:

(0xx14) **2105 9000**
WWW.CUCAFRESCA.COM.BR



Fornecedora de Sistemas
DP - Escrita Fiscal/Contabilidade

CUIDADO COM OS CUSTOS “INVISÍVEIS”

Você conhece todos os custos de sua empresa? Eles são apurados de forma consistente e considerados apropriadamente na composição dos preços? Será que não existe algum custo escondido relevante, que você não está computando em sua planilha? Possivelmente as respostas não serão iguais, mas acredito que a maioria esmagadora afirmará que todos os custos são conhecidos e, com maior ou menor grau de precisão, são computados em suas bases de dados e nas planilhas para determinação dos preços. Será que essa provável conclusão é verdadeira? Será que as empresas estão atentas a todas as questões que podem onerar seus custos?

A realidade é que as empresas trabalham com evidências e fatos e, conseqüentemente, somente os dados quantificáveis e/ou valorizáveis são considerados na apuração dos custos. Mas de que custos estamos falando? Para facilitar a compreensão, vamos agrupá-los em seis diferentes campos, a saber: Relações Humanas, Controles, Pessoal, Recursos Materiais, Gestão e Treinamento/Qualidade.

RELAÇÕES HUMANAS

1. O custo de um clima organizacional ruim, gerado, entre outras, pela permissividade em relação aos boatos, fofocas e politicagem interna.
2. O custo da aceitação natural de críticas destrutivas, boicotes e resistências.
3. O custo de sistemas de comunicação ineficientes que alimentam mal-entendidos e inviabilizam a harmonia interna.
4. Os custos em não saber aproveitar e direcionar adequadamente os talentos internos.

5. Os custos decorrentes da inexistência ou falta de diálogo e da falta de sintonia entre as pessoas.
6. Os custos gerados pela falta de autenticidade, falsidade e desgastes interpessoais.
7. Os custos da apatia e do isolamento das pessoas.

CONTROLES

1. Os custos gerados pela desconfiança e criação de controles internos em excesso.
2. Custos oriundos do excesso de informação e dados desnecessários que não agregam qualquer valor.
3. O custo da inexistência ou falta de controles.
4. O custo da falta de organização.
5. Os custos decorrentes do excesso de burocracia.

“

As empresas trabalham com evidências e fatos e, conseqüentemente, somente os dados quantificáveis e/ou valorizáveis são considerados na apuração dos custos.

”

PESSOAL

1. O custo da falta de motivação e interesse.
2. Os custos da inexistência de cooperação entre as pessoas.
3. Os custos da competição predatória.
4. Os custos da exteriorização de riqueza, exibicionismo e necessidade de *status*.
5. Os custos que bloqueiam o aprendizado, gerados pela prepotência e arrogância de muitas pessoas.
6. Custos da permissividade em relação aos “quebra-galhos”, “mais ou menos” e “gambiarras”.
7. O custo da desmotivação e da postura “não é problema meu!”.
8. Os custos gerados pela inexistência ou falta de criatividade e bom humor.

RECURSOS MATERIAIS

1. Os custos gerados pela ociosidade dos Ativos.
2. O custos decorrentes do mau uso dos bens e instalações.
3. Os custos advindos da utilização de tecnologias ultrapassadas e obsoletas.
4. Os custos da conveniência e manutenção de estoques de “segurança” acima do razoável.
5. Os custos da falta de manutenção ou da manutenção excessiva.
6. Os custos da aceitação de estruturas superdimensionadas.

GESTÃO

1. Os custos da utilização de sistemas e processos obsoletos.
2. Os custos da falta de austeridade no trato de tudo que se relaciona à empresa.

“ “ No mundo das empresas, quando “os olhos não vêem”, as organizações sofrem, enfraquecem-se, perdem competitividade e muitas até deixam de existir! ” ”

3. Os custos da falta de planejamento e do planejamento focado no “curto prazo”.
4. Os custos da falta de lideranças naturais e da existência de lideranças omissas e ausentes.
5. Os custos do *turnover* de funcionários.
6. Os custos da execução de trabalhos em duplicidade.
7. Os custos da morosidade no processo decisório.
8. Os custos decorrentes de decisões baseadas em análises superficiais.
9. Os custos de negociações mal conduzidas e com baixo nível de compromisso e exigência.
10. Os custos em querer “reinventar a roda”.
11. Os custos decorrentes da incoerência nas decisões entre produzir internamente ou terceirizar.

12. Os custos de manter procedimentos e tomar decisões baseadas na “memória institucional” do tipo: “foi assim que nós crescemos!”, “isso sempre deu certo!”.

TREINAMENTO/QUALIDADE

1. Os custos do refazer, do corrigir e/ou do compensar os erros.
2. Os custos não apurados dos desperdícios dos itens não produtivos.
3. Os custos da “qualidade a qualquer preço”.
4. Os custos da falta de reciclagem de materiais.
5. Os custos da falta de profissionalismo, da ineficiência, ineficácia e do funcionário desempenhando atribuições para as quais não foi adequadamente preparado.
6. Os custos de fazer o que não é mais necessário.
7. Os custos de atender pedidos “urgentes”.

Embora tenhamos relacionado quarenta e cinco situações que geram custos “invisíveis” ou “inquantificáveis” para as organizações, seguramente não foi esgotado o assunto. O objetivo em trazer este tema para reflexão é chamar a atenção dos gestores, uma vez que as empresas convivem com muitas dessas situações e nada ou pouco fazem para mudar. Observamos que as causas mais comuns que conduzem as empresas a essa atitude são:

- Gerenciamento permissivo e tolerante com ocorrências que embutem custos não valorizados, incentivando o desenvolvimento de condutas e atitudes que não agregam qualquer valor e contribuem para um ambiente interno negativo, sem comprometimento, cooperação e profissionalismo.
- Cultura interna construída com base em valores e ética discutíveis.

- Lucros muito expressivos no passado ou no presente podem desenvolver um nível inaceitável de tolerância e acomodação.
- Paternalismo, comum na pequena/média empresa, dificulta a implantação de uma gestão profissional.
- Estruturas construídas há muitos anos e sobre bases que não se sustentam diante dos desafios atuais.
- Preparação, treinamento e atualização profissional insuficientes.

Com o nível de competição atual, é preciso estar atento a todos os detalhes que envolvem as relações humanas (tanto no âmbito interno quanto externo), observando o comportamento de todos os colaboradores com uma visão madura e equilibrada; mantendo controles eficientes e eficazes que possam ser traduzidos em dados e informações consistentes para tomadas de decisões; sabendo extrair o máximo dos recursos materiais disponíveis; desenvolvendo um estilo de gestão profissional, responsável, criativo, inovador, participativo, pró-ativo e principalmente, compartilhando os resultados alcançados sem jamais descuidar-se da necessidade de fornecer meios para que todos os colaboradores possam ser treinados e preparados para enfrentar os novos desafios.

Todos devem lembrar-se daquele velho ditado: “o que os olhos não vêem, o coração não sente!”. Pois é, pode até ser uma verdade para as pessoas, porém, no mundo das empresas, quando “os olhos não vêem” – ou não querem ver – as organizações sofrem, enfraquecem-se, perdem competitividade e muitas até deixam de existir!

CARLOS ALBERTO ZAFFANI -
Contador, consultor e
administrador de empresas.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO GANHOU, MAS AINDA NÃO LEVOU

As mudanças na política nacional de acesso ao crédito, estimuladas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de seu mandato, alteraram o alcance do cooperativismo de crédito na sociedade brasileira. A edição da Resolução 3106/03 representou a retomada de uma trajetória interrompida na década de 60, quando o governo proibiu a formação de novas cooperativas de livre admissão e liquidou centenas delas. Porém, a Resolução completará três anos no dia 25 de junho de 2006 e ainda não apresentou resultados significativos para o setor.

Neste período, apenas 37 novas cooperativas obtiveram a liberação de funcionamento do BC – Banco Central. Os números baixos não refletem falta de vontade do cidadão de se reunir em associações para garantir crédito mais barato. Muito pelo contrário. O Banco Central recebeu 187 processos de formação de cooperativas nos últimos dois anos.

Atualmente, só o Sicoob Central Cecresp – Central das Cooperativas de Crédito de São Paulo está trabalhando em 19 projetos de constituição. Destes, 14 destinam-se a empresários que precisam de crédito para investir no seu negócio e vêm nas cooperativas uma forma menos burocrática e mais barata de conseguir financiamento. O BC recebeu ainda outros 155 pedidos de cooperativas que já atendem a um determinado público e pretendem ampliar sua base de associados.

Aponto dois motivos que explicam a tese do “ganhou, mas não levou”.

Um gargalo está no Banco Central. As exigências atuais são semelhantes às da formação de um banco comercial

“ A edição da Resolução 3106/03 representou a retomada de uma trajetória interrompida na década de 60, quando o governo proibiu a formação de novas cooperativas de livre admissão e liquidou centenas delas. ”

e a verificação de documentos pode ultrapassar um ano. O BC argumenta que os entraves burocráticos visam assegurar a sustentabilidade das novas instituições financeiras. A intenção é positiva, sem dúvida, no entanto, a morosidade desmotiva os interessados. Afinal, quem precisa de crédito não pode esperar tanto tempo. Uma alternativa poderia ser a diferenciação das exigências conforme o porte das cooperativas – pequenas, médias e grandes. Ou a Cooperativa Central poderia pré-analisar e se responsabilizar pelos projetos de constituição. Após isto, o BC expediria autorizações provisórias de funcionamento, agilizando o processo.

A partir de 4 de julho, atendendo a uma antiga solicitação do setor, passou a funcionar no BC um departamento para supervisionar exclusivamente as cooperativas e outros órgãos não vinculados a bancos. Ou seja, apesar da estrutura enxuta, o BC percebeu a necessidade de alocar pessoal especializado para atender o segmento. Agora, precisa ser mais criativo, e quem sabe, delegar às centrais de cooperativas uma parcela do processo de constituição e transformação de cooperativas, descongestionando o fluxo de processos.

Nossa Central foi considerada apta pelo BC a atuar na fiscalização e monitoramento das cooperativas. Supervisionamos o funcionamento das 196 filiadas, implementamos controles internos, promovemos auditorias e capacitamos dirigentes. Se o BC delegar mais tarefas, temos certeza que podemos ajudar. Afinal, cooperar é a nossa essência.

Outro motivo que dificulta o crescimento do setor está na própria Resolu-

ção 3106, que impõe restrições para a constituição de cooperativas em municípios com mais de 100 mil habitantes. Infelizmente, a abertura promovida pelo governo não foi plena e a população das capitais e das regiões metropolitanas do país não tem acesso ao crédito via cooperativa. Para dar continuidade ao processo de flexibilização, o governo precisa rever esta norma.

O cooperativismo de crédito já esperou muito tempo: foram mais de três décadas de restrições. Ainda somos pequenos – 1.430 empreendimentos respondem por menos de 2% da movimentação financeira do país – mas confiamos no potencial da cooperação para ampliar o acesso ao crédito a juros justos a mais parcelas da população.

Cooperativismo forte significa crédito com mais incentivos. Para transformar

“
**Ainda somos
 pequenos – 1.430
 empreendimentos
 respondem por
 menos de 2% da
 movimentação
 financeira do país.**
 ”

o Brasil numa nação cooperativista, o governo precisa promover ajustes. Entendo como prioridades a revisão da Resolução 3106/03, o aumento das possibilidades de financiamento com repasse do FAT via BNDES e o acesso ao desconto em folha para servidores públicos federais associados em cooperativas de crédito. Enfim, o governo precisa pensar em um modelo. Do contrário, o movimento crescerá desorganizadamente.

**MANOEL MESSIAS DA SILVA -
 Presidente do Sicoob Central
 Cecresp – Central de Cooperativas
 de Crédito do Estado de São Paulo.**

SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA
 Softwares Contábeis com as mais avançadas tecnologias e os mais inovadores recursos

BI - Business Intelligence
 Em uma consulta você vê, de todas as empresas, funcionários com: atrasados e férias vencidas, último reajuste, e muito mais.

Conciliação Bancária Eletrônica
 Concilia diretamente através do arquivo do banco

Geração de DCTF
 Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

Balancete Dinâmico
 Veja na tela o saldo das contas por mês de vários meses, podendo inclusive alterar lançamentos.

Integração Cliente x Contador
 Envie por e-mail, de dentro do sistema, guias, balancetes, folha, recibos, etc.

Alterdata Document Center
 Disponívels documentos, notas e guias para seu cliente via Internet

CRM para Escritórios Contábeis
 Facilitando e ampliando o relacionamento com seu cliente

ALTERDATA
 TECNOLOGIA EM INFORMATICA

0800-704-1418
 www.alterdata.com.br

fique integrado com seu cliente
 Tenha também mais produtividade usando a integração dos sistemas contábeis com outros softwares Alterdata em seu escritório ou no seu cliente. **APROVEITE!**

Ponto Eletrônico | Automação Comercial | Gestão Imobiliária

AC - Macaé - AM - Manaus - BA - Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista - CE - Fortaleza, Raposa - ES - Cachoeira de Itapemirim, Linhares, Vitória - GO - Goiânia - MA - São Luís - MG - Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia - MS - Campo Grande - MT - Cuiabá - PA - Belém, Castanhal - PB - João Pessoa - PE - Petrolina, Recife - PI - Curitiba - RJ - Angra dos Reis, Araruama, Campos, Duque de Caxias, Maracá, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Patrocinio, Rio de Janeiro, Teresopolis, Volta Redonda - RN - Natal - RS - Lajeado, Pinna Fardo, Porto Alegre - SC - Florianópolis - SE - Aracaju - SP - Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba, Teubana

ÉTICA EMPRESARIAL - UM CÓDIGO DE SOBREVIVÊNCIA

De alguma maneira, o comportamento ético sempre foi praticado pelas empresas e, em tempos idos, tinha na palavra do dono do negócio e na imagem da empresa no mercado sua âncora de princípios. Com o tempo, as empresas cresceram, se internacionalizaram, os mercados se expandiram, o dono virou empresário e saiu da calçada, onde representava a imagem de seu negócio, para trás da mesa do escritório.

Este último século modificou, dentre tantas coisas, a forma como hoje podemos adquirir produtos e serviços, não existindo mais distâncias intransponíveis ou exclusividades. Mas uma coisa não mudou e consolidou-se como uma ferramenta forte, apesar de todas as mudanças: a ética.

“ O Código de Ética foi criado para nortear procedimentos e posturas e passou a definir o desempenho de muitas empresas, como principal parceiro em todas as suas conquistas. ”

Como instrumento, o Código de Ética foi criado para nortear procedimentos e posturas e passou a definir o desempenho de muitas empresas, como principal parceiro em todas as suas conquistas. Com a função de orientar as ações e explicitar as posturas, o Código de Ética se consolida como um instrumento importantíssimo para que qualquer empresa interaja adequadamente com os seus diferentes públicos. Para que isso seja possível, é necessário que seu conteúdo seja claro e realista a fim de que os funcionários da empresa possam interiorizá-lo com precisão.

Sendo assim, cada empresa deve conceber seu próprio Código de Ética, incluindo todas as particularidades e especificidades relacionadas à estrutura organizacional, procedimentos e condutas, além de orientar as atuações de seus colaboradores. Desta forma, cada empresa define sua forma de atuar no mercado e deixa claro o que espera de si e de seus funcionários.

Como qualquer processo, este oferece benefícios superiores à sua destinação, pois é capaz de provocar inúmeros questionamentos e reformulações que acabam sensibilizando todos os funcionários, dinamizando sua execução e aproximando seus resultados.

Para tanto, é de suma importância que a empresa tenha claro seus objetivos e as ferramentas que pretende utilizar para atingi-los, o que inclui seu aparato humano e respectivas competências.

Equipes coesas e bem organizadas são fundamentais para que qualquer procedimento seja instalado e devidamente cumprido. Grupos instáveis, desorganizados, ineficientes ou mesmo líderes que não estejam comprometidos

“ Uma empresa é a soma de diversos investimentos, dentre os quais os mais importantes são as pessoas. ”

podem minar toda a saúde da empresa, seu sucesso e imagem.

Uma empresa é a soma de diversos investimentos, sendo os mais importantes as pessoas, pois são elas que tornam realidade objetivos, metas e projetos, enfim, sua ética. Quando trabalhamos com pessoas, precisamos não apenas de suas competências e experiências, mas de seu comprometimento, ou seja, que aquele indivíduo entenda a empresa como sua e sinta que dele depende o SUCESSO, o SONHO e principalmente a ÉTICA.



A MAGIA ESTÁ EM VOCÊ

Stonehenge é um monumento pré-histórico localizado ao sul da Inglaterra, formado por um conjunto de pedras dispostas em forma circular com uma incrível precisão matemática. Cientistas estimam que essas pedras estão lá há mais de 5.000 anos. Ninguém sabe quem as colocou e existe um grande mistério em torno da história do local.

O fato mais fascinante é o incrível silêncio com que os visitantes admiram cada detalhe do lugar. É muito comum encontrar pessoas em êxtase, fascinadas e encantadas com a história e outras que comentam que pagaram caro para apenas ver pedras, como foi o caso de um jovem espanhol.

Esse comentário levou-me a uma reflexão. Por que será que alguns viam mágica no lugar e outras, simplesmente, pedras? Por que algumas pessoas vêem mágica em suas vidas e outras não? A diferença, talvez, esteja nos pontos abaixo.

“
Existe um grande poder dentro de você, um poder que é capaz de mudar suas atitudes, influenciar o meio em que vive.”

Acredite na mágica que há dentro de você. Toda pessoa é um ser mágico, sua concepção e nascimento foi uma grande magia da natureza. Acredite, existe um grande poder dentro de você, um poder que é capaz de mudar suas atitudes, influenciar o meio em que vive. A escolha é sua! Você pode decidir entre realmente fazer a diferença ou ser mais um no meio da multidão. Mas, saiba que, como todo bom mágico, é preciso muito trabalho e perseverança para estar entre os melhores. Acreditar nos seus dons, nos seus sonhos, no seu talento é a base para construir uma carreira de sucesso.

Experimente novas cores em sua vida. Provoque e construa mudanças positivas. Experimente uma nova vida colocando novos temperos em seu dia-a-dia. Crie novos hábitos como a leitura, o trabalho voluntário, opinar e dar mais idéias no ambiente de trabalho. Não mude tudo! Não seja radical, comece com pequenas mudanças no comportamento. Seja mais paciente, menos ansioso, pratique a meditação. Quer ter mais pique no trabalho, pratique mais atividades físicas. Comece trocando dois ou três maus comportamentos por outros mais salutares. Mude sua percepção sobre os fatos, procure ver o contexto, não tire conclusões precipitadas, somente decida ou comente algo quando estiver convicto que vale a pena fazê-los.

Crie momentos mágicos. A platéia, digo, sua família, colegas de trabalho, clientes e comunidade, estão todos ávidos por um novo show. Tenha o bom humor, o alto astral sempre como aliados. Pro-

cure iluminar o lugar em que você vive. Demonstre seu entusiasmo pela vida, paixão naquilo que faz, agradeça sempre ao Criador por tudo o que você tem e é. Conheci um mestre que dizia que problema sério é problema de saúde, o resto você pode, deve e vai superar. Tenha sempre essa certeza. Não faça tempestade em copo d'água, não crie problemas imaginários e pare de procurar "pêlo em ovo", pois assim você acaba encontrando. A vida é curta demais para torná-la um grande peso, seja pró-ativo e foque a solução do problema.

Ensine seus momentos mágicos. Agora que você conhece novos truques para encantar seus expectadores, é hora de repassar seus conhecimentos e nova filosofia de vida. Divulgue e treine as pessoas à sua volta. Peça sempre um sorriso, faça questão de um "bom dia" diferente, estimule pensamentos positivos, aceite sugestões, mantenha a porta e o coração abertos e aumente a auto-estima de toda e qualquer pessoa que conviva com você. A velha e boa história de "faça o bem, não importa a quem" vai se tornar um grande impulso para novos saltos em sua vida.

A decisão é sua. Assim como em Stonehenge o visitante deve decidir se quer ver somente pedras ou o encanto do lugar. A magia está dentro de você. Está na hora de procurar onde você tem deixado sua varinha de condão.

PAULO ARAÚJO - Escritor, conferencista, administrador de empresas com pós-graduação em Marketing e em Gestão pela Qualidade e Produtividade.

CONTABILISTAS JÁ PODEM ADQUIRIR A CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO CRC SP

O CRC SP firmou uma parceria com a Serasa para tornar mais fácil o acesso dos Contabilistas à certificação digital. A certificação digital é um arquivo eletrônico de um documento com uma assinatura digital, cujo conteúdo é criptografado. Mais um serviço que facilita a vida dos profissionais, a certificação digital permite transações *online* seguras, pois garante a comprovação da identidade da pessoa física ou jurídica.

Nessa parceria o CRC SP disponibilizou um local, no 2º anexo, para instalação do posto de atendimento aos Contabilistas, além do que colocará à disposição da Serasa, locais para realizações de seminários, palestras e workshops.

À Serasa caberá a definição do conteúdo e a realização dos seminários,

palestras e workshops versando sobre a tecnologia de certificação digital, e a instalação, nas dependências do CRC SP, de um posto de autoridade de registro móvel ICP-SRF, para validação e emissão dos certificados digitais *e-CPF* e *e-CNPJ*, da Secretaria da Receita Federal.

A certificação digital oferecida pela Serasa, uma das Autoridades Certificadoras responsáveis por emitir o documento, permite o acesso aos serviços virtuais da Receita Federal, por meio de dois produtos: o *e-CPF* e o *e-CNPJ*.

Uma moderna ferramenta de trabalho, além da segurança que oferece, a certificação digital agiliza o trabalho dos Contabilistas, evita despesas com deslocamentos, perda de tempo em filas e entraves burocráticos. O *e-CPF* Serasa pode, também, ser utilizado para assinar digitalmente documentos eletrônicos.

Cada um desses produtos tem dois tipos de certificação: o A-1 e o A-3. O A-1 armazena o certificado digital e o reconhecimento da assinatura digital e os dados do usuário na memória do computador. O A-3 armazena as chaves privadas dos usuários em chips de *smart cards* ou *tokens*. Tanto o *e-CPF* como o *e-CNPJ* podem vir acompanhados da Leitora.

O Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br) traz maiores informações sobre a certificação digital. Para adquiri-la, os Contabilistas podem cadastrar seus dados no próprio Portal, mas para completar o processo devem ir pessoalmente ao CRC SP (rua Rosa e Silva, 60 - Higienópolis), para a comprovação dos dados fornecidos *online*. Só então serão liberadas as chaves criptográficas e a assinatura digital.

A escolha da ferramenta é sua. Os resultados também.

O Cordilheira 2.0 é a ferramenta certa para a sua empresa estar sempre à frente.

Possui módulos integrados e conectados à Internet, nas áreas contábil, administrativa e de consultoria tributária, permitindo transmissão instantânea de informações. Visite nosso site e conheça todos os recursos do novo Cordilheira 2.0.

cordilheira[®] 2.0
A escolha certa

19 anos de mercado
1 de 20.000 clientes

Ligue agora e solicite uma visita:
São Paulo (11) 3956.5000
Demais localidades acesse:
www.ebs.com.br

ebs sistemas

 REGISTRO

CONVÊNIO ENTRE O CRC SP E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA GARANTIRÁ ATESTADO DE CADASTRAMENTO PARA PERITOS

O CRC SP e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estão elaborando uma minuta do convênio que celebrarão com o intuito de facilitar a vida do perito judicial no que diz respeito ao artigo 2º do Provimento nº 797/2003 do CSM – Conselho Superior de Magistratura, aproveitando o Provimento nº 842/2004, que autoriza, mediante atestado fornecido

pelo CRC SP, o perito a se cadastrar junto aos tribunais e fóruns para prestar serviços de peritagem na qualidade de compromissado do juízo.

Essa medida contribuirá para a desburocratização a que o perito estava submetido, toda vez que seus serviços eram requisitados nas Varas e nos Ofícios de Justiça de todo o Estado. Uma série de documentos era exigida, e com o

convênio a ser firmado pelo CRC SP, o perito apresentará uma vez só, a cada dois anos, o documento pedido pelo artigo 2º do Provimento nº 797/2003 do CSM.

O atestado de cadastramento terá validade de dois anos e durante esse período poderá ser utilizado, com a apresentação da via original ou da cópia autenticada, para instruir o pedido de habilitação.

www.modulosintegrados.com.br vendas@modulosintegrados.com.br



Módulos
Sistemas Integrados

**Minimizando Custos
& Atingindo Melhores Resultados**

Tecnologia e Agilidade
Recursos profissionais que garantem o atendimento



- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Contabilidade
- Ponto Eletrônico

- Controle de Benefícios
- Controle Patrimonial
- Administrador de Escritórios
- Cálculo de Impostos em Atraso

- Treinamento Localizado
- Relatórios por email
- Protocolos
- Suporte On Line

Solicite a visita de um dos nossos consultores | Tel.: (11) **4994.5237**

REGISTRO

NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA: ADAPTE SEU CONTRATO SOCIAL AO NOVO CÓDIGO CIVIL

Até 11 de janeiro de 2007, os contratos sociais para os empresários e sociedades empresárias devem estar adequados ao Código Civil, que entrou em vigor em 2003. Inicialmente, era de um ano o prazo para as empresas se readequarem, aumentando-se para mais um ano e, por fim, por mais dois anos.

As principais alterações que afetam diretamente as micro e pequenas empresas, caso de muitos escritórios de Contabilidade, são as seguintes:

- Novos tipos de sociedade (sociedade simples, sociedade empresária).
 - Novas responsabilidades para os sócios.
 - Criação da figura do administrador.
 - Novas formas e quóruns de deliberação na Ltda.
 - Novos registros.
- A prorrogação do prazo para readequação foi normatizada pela Lei 11.127/2005 e não deve mais sofrer mudanças. Se o contrato social não for mudado, as conseqüências poderão ser as seguintes:
 - As juntas comerciais e cartórios poderão não aceitar o arquivamento de qualquer documento ou modificação contratual enquanto não for feita a mudança.
 - Poderá haver impossibilidade de abertura de conta em bancos.
 - Dificuldade na obtenção de empréstimos e financiamento.
 - Impossibilidade de participação em licitações que exijam o contrato social adequado.
 - Responsabilização do administrador.

TELEATENDIMENTO FORNECE INFORMAÇÕES SOBRE DHP

O Teleatendimento está preparado para fornecer todas as informações sobre a DHP – Declaração de Habilitação Profissional, disponibilizada eletronicamente no Portal do CRC SP: www.crcsp.org.br (veja matéria na página 29).

Qualquer tipo de dúvida, ligue para (11) 3824.5433 e passe a utilizar mais um dos serviços *online* do CRC SP para facilitar a vida dos Contabilistas.



FISCALIZAÇÃO

FACILITANDO A VIDA DOS CONTABILISTAS, A DHP PODE SER OBTIDA NO PORTAL DO CRC SP

Ampliando a oferta de serviços *online*, o CRC SP está oferecendo no seu Portal (www.crcsp.org.br), desde o final de janeiro, a DHP Eletrônica, a mais nova ferramenta digital para facilitar a vida dos Contabilistas.

A DHP – Declaração de Habilitação Profissional, é uma etiqueta que o Contabilista coloca em alguns documentos que emite como, por exemplo, a Decore – Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos.

A DHP faz o controle profissional de regularidade do Contabilista e dá ao usuário da Contabilidade a garantia de estar usufruindo dos serviços de um profissional legalmente habilitado. É, na realidade, um selo de qualificação exigido pelo Conselho Federal de Contabilidade desde 1998.

A DHP Eletrônica nasceu de um projeto intensivamente pesquisado, testado e desenvolvido pelo CRC SP.

Está respaldada pela Resolução CFC nº 871/00 (modificada pela Resolução CFC nº 1046/05).

A DHP faz parte do pacote de serviços *online*, como a emissão de guias, certidões, consulta dos Contabilistas aos seus dados e aos profissionais registrados. O objetivo é agilizar o encaminhamento das tarefas, colocando um fim à burocracia dos formulários de solicitação.

Os serviços eletrônicos dão ao profissional contábil a oportunidade de imprimir o documento que precisa em qualquer lugar, a qualquer momento, de um computador que tenha internet. Na há perda de tempo com deslocamentos para a sede, sedes ou delegacias do CRC SP, dando um fim às filas.

No caso da DHP Eletrônica, as informações geradas trarão segurança tanto para o profissional como para o usuário da Contabilidade. Cada DHP

solicitada eletronicamente virá com um número de controle, que poderá ser conferido no Portal do CRC SP pelo receptor do documento.

Maiores informações sobre a DHP Eletrônica, como fazer a sua emissão, as resoluções sobre o assunto e uma sessão tira-dúvidas estão no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br).



CORRETORA DE SEGUROS

- ❖ RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA
- ❖ SAÚDE EMPRESARIAL (a partir de 4 vidas)
- ❖ SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL
- ❖ SEGUROS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL

"PREÇOS ESPECIAIS PARA ASSOCIADOS SESCON"

0800 101505

www.mhcseguros.com.br

mhc@mhcseguros.com.br

RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL CONTABILISTA

CUSTOS PESSOAS FÍSICAS (custo anual valores em R\$)					
Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas	
50.000,00	1.052,38	270,83	159,48	105,43	
100.000,00	2.096,03	539,42	317,63	209,98	

CUSTOS PESSOAS JURÍDICAS POR IMPORTÂNCIA SEGURADA					
Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas	
50.000,00	1.372,98	353,34	208,06	137,54	
100.000,00	2.630,98	677,09	398,70	263,57	

CUSTOS PESSOAS JURÍDICAS POR FATURAMENTO ANUAL COMPROVADO					
Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas	
50.000,00	1.328,09	341,79	201,26	133,05	
100.000,00	1.699,93	437,49	257,61	170,30	

SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL

TABELA DE SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL - TITULAR									
CAPITAL SEGURO	ATÉ 30 ANOS	DE 31 A 35 ANOS	DE 36 A 40 ANOS	DE 41 A 45 ANOS	DE 46 A 50 ANOS	DE 51 A 55 ANOS	DE 56 A 60 ANOS	DE 61 A 65 ANOS	
500.000,00	135,68	170,92	212,15	287,71	462,82	710,05			
400.000,00	108,79	136,98	169,96	230,41	370,50	568,28	821,10	1.171,78	
300.000,00	81,89	103,04	127,78	173,11	278,18	426,52	616,13	879,14	
200.000,00	55,00	69,10	85,59	115,82	185,86	284,75	411,16	586,50	
100.000,00	30,00	35,16	43,41	58,52	93,54	142,99	206,19	293,86	
40.000,00				30,00	38,15	57,93	83,21	118,28	

COBERTURA: MN, MA, IPTP

MHC

R\$ válidos em abril/06

CFC ALTERA NORMAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

A NBC P 4, que dispõe sobre as **Normas para Educação Profissional Continuada**, está com uma nova redação, dada pelo CFC por meio da Resolução nº 1060/05. Veja, abaixo, a Resolução na íntegra:

RESOLUÇÃO CFC Nº 1060/05

DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005 DÁ NOVA REDAÇÃO À NBC P 4 - NORMA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que ao Conselho Federal de Contabilidade compete a adoção de procedimentos que resultem na melhor forma de elaborar seus atos normativos; CONSIDERANDO que a NBC T 4 sofreu várias alterações desde a sua edição em 2002 e que a melhor técnica legislativa concede a possibilidade de consolidação das normas que dispõem sobre matérias correlatas; CONSIDERANDO a necessidade de alteração e adequação às novas diretrizes técnicas da aplicabilidade da contabilidade e do ensino;

RESOLVE:

Art. 1º. Dar nova redação à NBC P 4, que dispõe sobre a NORMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Resoluções CFC nºs 945/02, 995/04 e 1.014/04.

Brasília, 9 de dezembro de 2005.

Contador José Martonio Alves Coelho
Presidente

NBC P 4 – NORMA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

4.1. OBJETO

4.1.1. Educação Profissional Continuada é a atividade programada, formal e reconhecida que o Contador, na função de Auditor Independente, com registro em Conselho Regional de Contabilidade, inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), e aquele com cadastro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aqui denominado Auditor Independente, e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir, com o objetivo de manter, atualizar e expandir seus conhecimentos para o exercício profissional.

4.1.1.1. O Auditor Independente pessoa física e os sócios que representam sociedade de auditoria independente na CVM, nos termos do inciso IX do art. 6º da Instrução CVM nº 308/99, são os responsáveis perante o Conselho Federal de Contabilidade pelo cumprimento da presente norma, pelos demais Contadores não-cadastrados na CVM, que compõem o seu quadro funcional técnico.

4.1.2. Esta Norma tem por objetivo regulamentar as atividades que o Auditor Independente e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir com relação às exigências da Educação Profissional Continuada e às ações que o Conselho Federal de Contabilidade promove para facilitar, controlar e fiscalizar o seu cumprimento.

4.2. AUDITORES INDEPENDENTES

4.2.1. O Auditor Independente e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir 32 pontos de Educação Profissional Continuada por ano/calendário, a partir de 2005, calculados conforme Tabelas do Anexo I desta Resolução.

4.2.2. As Tabelas de Pontuação, quando alteradas, devem ser publicadas até 31 de dezembro do ano anterior ao de sua vigência.

4.2.3. As atividades de Educação Profissional Continuada que se enquadrem nas Tabelas de Pontuação (Anexo I), quando realizadas no exterior, são comprovadas no Conselho Regional da jurisdição do seu registro profissional, mediante documento emitido pela entidade realizadora, oficialmente traduzido para a língua portuguesa.

4.2.4. O cumprimento das exigências estabelecidas nesta Resolução deve ser comprovado pelo Auditor Independente e pelos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, mediante relatório anual das atividades realizadas, conforme Anexo III desta Resolução, encaminhado ao Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição até 31 de janeiro do ano subsequente.

4.2.4.1. Até 30 de abril, o Conselho Regional de Contabilidade deve analisar o relatório e comunicar ao Auditor Independente, e aos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, o atendimento, ou não, do estabelecido na presente Norma.

4.2.4.2. Os documentos comprobatórios das atividades constantes do relatório previsto no caput deste item devem ser mantidos pelo Auditor Independente e pelos demais Contadores que compõem o quadro funcional técnico, à disposição da Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade, até a entrega do relatório do ano subsequente.

4.2.5. O cumprimento desta Resolução pelo Auditor Independente e demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico é exigido a partir do ano subsequente à obtenção do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

4.3. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

4.3.1. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) constitui a Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC-CFC) com a finalidade de coordenar os ditames constantes do item 4.3.2 desta Resolução em reuniões bimestrais. O cronograma é estabelecido na primeira reunião de cada exercício.

4.3.1.1. Integram a Comissão de Educação Profissional Continuada os vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional, contadores dos cinco Conselhos Regionais de Contabilidade que reúnem o maior número de Contadores inscritos no Cadastro

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e cinco membros Contadores cadastrados como Auditores Independentes no CNAI, sendo três com cadastro na CVM, indicados pelo CFC e IBRACON e aprovados pelo Plenário do CFC.

4.3.1.2. O mandato dos membros Contadores da CEPC-CFC, aprovados pelo Plenário do CFC, é de dois anos, permitida a recondução.

4.3.2. A CEPC-CFC tem as atribuições a seguir especificadas.

4.3.2.1. Estudar, de forma permanente, novas disposições que permitam melhorar o cumprimento dos objetivos desta Resolução, propondo-as ao presidente do CFC para encaminhamento ao Plenário.

4.3.2.2. Propor ao presidente do CFC a ampla e a imediata divulgação de qualquer modificação desta Resolução.

4.3.2.3. Estabelecer e divulgar todas as diretrizes e os procedimentos necessários para o cumprimento e para a implementação desta Norma, em especial os itens 4.6, 4.7 e Anexo II, pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), pelos Contadores e Auditores Independentes definidos no item 4.1 e pelas capacitadoras, inclusive prestando esclarecimentos quanto à aplicação desta Resolução.

4.3.2.4. Analisar os pedidos de reconhecimento de eventos, como congressos, convenções e seminários nacionais e internacionais, inclusive aqueles promovidos pelos CRCs como de Educação Profissional Continuada, com antecedência mínima de 30 dias da realização do evento.

4.3.2.5. Analisar e homologar os documentos encaminhados pelas Câmaras de Desenvolvimento Profissional ou pelas Comissões de Educação Profissional Continuada dos CRC que aprovaram o credenciamento das capacitadoras e dos cursos, previstos no item 4.7 e no art. 2º do Anexo II desta Norma, inclusive solicitando para análise, quando entenderem necessário, os respectivos processos de credenciamento, no prazo máximo de 30 dias do protocolo do pedido no CFC.

4.3.2.6. Compilar as informações contidas nos relatórios recebidos dos CRCs, encaminhando-as ao presidente do CFC para divulgação.

4.3.2.7. Encaminhar ao presidente do Conselho Federal de Contabilidade a lista das capacitadoras para a devida divulgação.

4.4. CONSELHOS REGIONAIS

4.4.1. Os CRCs têm a responsabilidade de incentivar a implementação de atividades que permitam ao Auditor Independente e aos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico o cumprimento desta Resolução, de acordo com o estabelecido pelo CFC.

4.4.2. As Câmaras de Desenvolvimento Profissional dos CRCs ou Comissões de Educação Profissional Continuada têm as seguintes atribuições em relação a esta Resolução:

- a) receber os pedidos de credenciamento das instituições definidas no item 4.6.2 a serem reconhecidas como capacitadoras, emitindo pareceres e encaminhando-os ao presidente do CRC, que os enviará à CEPC-CFC para homologação;

- b) propor programa de divulgação dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução;
- c) prestar esclarecimentos quanto à aplicação desta Resolução, com base nas diretivas estabelecidas pela CEPC-CFC;
- d) receber de cada Auditor Independente e dos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, o relatório anual sobre as atividades realizadas e, quando for o caso, a documentação que as comprovem;
- e) encaminhar à CEPC-CFC informações e estatísticas sobre o cumprimento desta Resolução pelos Auditores Independentes e Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico;
- f) elaborar, até 31 de março de cada ano, relatório sobre as atividades desenvolvidas por Auditor Independente e pelos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, encaminhando-o ao presidente do CFC e notificar o profissional;
- g) receber, analisar e emitir parecer quanto aos eventos e às atividades apresentados pelas capacitadoras, inclusive quanto à atribuição de pontos de Educação Profissional Continuada válidos para fins de atendimento desta Norma, até 30 dias do protocolo do pedido no CRC, encaminhando-o para a homologação da CEPC-CFC até 30 dias antes da realização das reuniões previstas no item 4.3.1.

4.4.3. Os CRCs que não dispuserem de Câmara de Desenvolvimento Profissional devem criar CEPC-CRC com as atribuições previstas neste item.

4.4.4. A CEPC-CRC, quando constituída, deve ser formada por 3 a 5 membros Contadores, sendo um deles auditor cadastrado no CNAI e coordenada por um dos vice-presidentes Contadores.

4.4.5. A Fiscalização do CRC pode requisitar ao Auditor Independente e aos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico a apresentação dos documentos que comprovem as atividades constantes do seu relatório anual, referido no item 4.2.4.

4.5. SANÇÕES

4.5.1. O não-cumprimento, pelos Auditores Independentes ou pelos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, das disposições desta Resolução, constitui infração ao art. 2º, Inciso I, e art. 11, Inciso IV do Código de Ética Profissional do Contabilista.

4.6. CAPACITADORAS

4.6.1. Capacitadora é a entidade que exerce atividades de Educação Profissional Continuada consoante as diretivas desta Resolução.

4.6.2. As capacitadoras classificam-se em:

- a) Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- b) Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs);
- c) Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON);
- d) Instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC;
- e) Instituições de especialização ou desenvolvimento profissional que ofereçam cursos ao público em geral;
- f) Sindicatos e associações da classe contábil;
- g) Empresas de auditoria independente que propiciem capacitação profissional; e
- h) Autoridades supervisoras.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

4.6.3. Para o registro e o controle das capacitadoras devem ser observadas, no mínimo, as disposições estabelecidas nas Diretrizes para o Registro das Capacitadoras, constantes no Anexo II desta Resolução.

4.6.4. O CFC, os CRCs, o IBRACON, a CVM, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o BCB e as instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC são capacitadoras natas.

4.7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

4.7.1. Integram o Programa de Educação Profissional Continuada os seguintes eventos ou atividades relacionados com a Contabilidade e com a profissão contábil, aprovados pelo CEPC-CFC:

4.7.1.1. Aquisição de conhecimentos por meio de:

- a) cursos certificados;
- b) seminários, conferências, painéis, simpósios, palestras, congressos, convenções e outros eventos de mesma natureza;
- c) cursos de pós-graduação:
 - c.1) stricto sensu;
 - c.2) lato sensu; e
- d) cursos de extensão

4.7.1.2. Docência em:

- a) cursos certificados;
- b) seminários, conferências, painéis, simpósios, palestras, congressos, convenções e outros eventos de mesma natureza;
- c) cursos de pós-graduação:
 - c.1) lato sensu;
 - c.2) stricto sensu;
- d) bacharelado em Ciências Contábeis; e
- e) programas de extensão.

4.7.1.3. Atuação como:

- a) participante em comissões técnicas no CFC, CRCs, IBRACON e outros organismos da profissão contábil, no Brasil ou no exterior;
- b) orientador ou membro de comissão de defesa de monografia, dissertação ou tese.

4.7.1.4. Produção intelectual relacionada à contabilidade e à profissão contábil por meio de:

- a) publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais;
- b) estudos ou trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais; e
- c) autoria, co-autoria e tradução de livros publicados.

4.7.2. As atividades previstas neste item serão avaliadas como Educação Profissional Continuada, conforme tabela contida no Anexo I desta Resolução.

4.8. COMITÊ DE AVALIAÇÃO

4.8.1. O Comitê de Avaliação é composto por membros designados pela CEPC-CFC, cuja atribuição é a de exercer um controle de qualidade das capacitadoras credenciadas no Programa de Educação Profissional Continuada.

4.8.2. A Comissão de Educação Profissional Continuada define os critérios e os procedimentos a serem adotados, tanto na composição do Comitê quanto na avaliação das capacitadoras.

4.8.3. As capacitadoras devem enviar à Comissão de Educação Profissional Continuada do CRC seus planos de ação e datas para saneamento das discrepâncias verificadas na avaliação, no prazo de até 30 dias após o recebimento da competente notificação.

4.9. SANÇÕES

4.9.1. A Comissão de Educação Profissional Continuada, com base na informação fornecida pelo Comitê de Avaliação, proporá ao Presidente do CFC a suspensão, ad referendum do Plenário do CFC, do credenciamento da capacitadora quando se enquadre em um dos seguintes pressupostos.

4.9.1.1. Outorga de créditos por cursos ministrados que difiram das Tabelas de Eventos e Horas, ou realização de cursos diferentes dos credenciados pela Comissão de Educação Profissional Continuada.

4.9.1.2. Não-cumprimento das diretrizes estabelecidas pela CEPC-CFC, relativas à entrega de informações dos eventos e de seus participantes.

4.9.1.3. Não-observância dos cronogramas estabelecidos para os cursos, sem aviso à Comissão de Educação Profissional Continuada, dentro dos oito dias úteis anteriores ao cancelamento ou à alteração.

4.9.1.4. Ausência de resposta à notificação ou não-implementação das medidas saneadoras, comunicadas pela CEPC-CFC.

4.9.2. O CFC deverá notificar à capacitadora, por escrito, sobre a suspensão de seu credenciamento e a sua exclusão da lista de capacitadoras.

4.9.2.1. Depois de notificada, cabe recurso da capacitadora ao Plenário do CFC no prazo de até 30 dias.

VEJA OS ANEXOS DESTA RESOLUÇÃO NO PORTAL DO CRC SP (www.crcsp.org.br):

Anexo 1 (Tabelas de Pontuação);

Anexo 2 (Diretrizes para o Registro de Capacitadoras);

Anexo 3 (Relatório das Atividades).

CONVENÇÕES REGIONAIS: A OPORTUNIDADE DE CONFRATERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS CONTABILISTAS

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento profissional dos Contabilistas, o Conselho Diretor do CRC SP está implantando um aumento na frequência das Convenções. Teremos como consequência as Convenções Regionais de Contabilistas, Estudantes e Empresários de Contabilidade no interior do Estado de São Paulo. O lema das Convenções é o seguinte: O

CONTABILISTA PREPARADO PARA OS DESAFIOS DA ATUALIDADE.

Estão sendo programados 7 eventos em 2006 e 4 em 2007. O encerramento dos eventos ocorrerá com a 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Com essa medida, o CRC SP deseja também incentivar a participação dos Contabilistas nos programas de Educação Continuada, que

se constituem numa atividade relevante para os profissionais.

As Convenções terão como marca a qualidade do seu programa, voltado para a informação, atualização e desenvolvimento profissional dos Contabilistas. Cada Convenção terá dois dias de atividades voltadas para a carreira, a educação e a cultura para todas as prestadoras de serviços contábeis e estudantes.

Confira o calendário dos eventos:

CONVENÇÕES REGIONAIS DE CONTABILISTAS, ESTUDANTES E EMPRESÁRIOS DA CONTABILIDADE

2006

Dia	Mês	Cidade
30 e 31	Março	Marília
18 e 19	Maio	São José do Rio Preto
02 e 03	Junho	Piracicaba
14 e 15	Setembro	São José dos Campos
18 a 22		Campinas/S.J.Boa Vista/Jundiaí
19 e 20	Outubro	Santo André/S.B.Campos/Santos
09 e 10	Novembro	Sorocaba

2007

Dia	Mês	Cidade
A definir	Março	Bauru
A definir	Abril	Araçatuba
A definir	Maio	Presidente Prudente
A definir	Junho	Ribeirão Preto

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

2º semestre de 2007

CONSELHO DIRETOR DO CRC SP REÚNE-SE COM A NOVA DIRETORIA DO CFC



Os conselheiros que compõem o Conselho Diretor do CRC SP estiveram no dia 13 de janeiro de 2006 na sede do CFC, em Brasília, para apresentar o plano da gestão 2006-2007 à nova direção da entidade.

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamnut, estava acompanhado do vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello; vice-presidente de Fiscalização, Domingos Orestes Chiomento; vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi; vice-presidente de Registro, José Aref Sabbagh Esteves, e do diretor executivo Edeson Figueiredo Castanho.



A presidente do CFC com Balamnut, Chiomento e Castanho.

Eles receberam uma placa com votos de feliz gestão, para Maria Clara, e de reconhecimento pela eficiente gestão, para Martonio Alves.



Da esquerda para a direita, Filippi, Aref, Prado de Mello, Martonio e Maria Clara.

Eles foram recebidos pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, eleita por unanimidade pelo plenário para a gestão 2006-2007 e expuseram as metas de trabalho de cada vice-presidência.

Ao presidente Balamnut coube a explanação sobre o Planejamento Estratégico 2006-2015, visando às novas exigências do mercado de trabalho para

o Contabilista, e os pontos que serão enfatizados no próximo biênio: educação, maior gestão do conhecimento e utilização das ferramentas da tecnologia da informática em prol da profissão.

O Conselho Diretor do CRC SP prestou uma homenagem à nova presidente do CFC, a primeira mulher a ocupar o posto, e ao presidente da gestão 2004-2005, José Martonio Alves Coelho.



A homenagem do presidente Balamnut a Maria Clara, primeira mulher presidente do CFC.

CRC SP COMEMORA 59 ANOS COM HOMENAGEM A CONTABILISTAS

O aniversário dos 59 anos de implantação do CRC SP, comemorado no dia 19 de dezembro, foi marcado pela homenagem prestada a Contabilistas de grande expressão. O auditório do CRC SP ficou lotado para a solenidade que também marcou a despedida do presidente Luiz Carlos Vaini, gestão 2004-2005.

Presidida por Vaini, a mesa diretora do evento contou com a presença do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), do presidente do SindCont – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, e de Irineu De Mula, presidente do CRC SP, gestão 1998-1999, vice-presidente de Assuntos Técnicos do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, gestão 2004-2005, e representante do presidente do CFC, gestão 2004-2005, José Martonio Alves Coelho.

A história do CRC SP, iniciada com sua implantação em 14 de dezembro de 1946, foi lembrada por Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos que, falando em nome das Entidades Contábeis Congregadas, citou os laços que unem este Conselho ao SindCont já que foi em suas instalações que se deu a reunião pioneira, quando foi eleito como presidente o ilustre Contador Pedro Pedreschi.

Irineu De Mula, que discursou em nome dos ex-presidentes do CRC SP, declarou-se honrado em participar da solenidade que não apenas comemorava a criação do CRC SP, mas aproveitava para homenagear vários profissionais competentes e éticos.

O deputado Arnaldo Faria de Sá louvou o trabalho desenvolvido pelo CRC SP em São Paulo, para ele a “Meca da Contabilidade”. Disse ter certeza que a presença de Contabilistas inibiria os atos de corrupção que estarrecem a

nação. “Espero que no futuro – encerrou ele – tenhamos apenas o lucro da responsabilidade social.”

No transcorrer da solenidade, o presidente Vaini assinou um convênio com o Sindicato dos Contabilistas de Campinas, juntamente com seu presidente, Gervásio de Souza, e com o então conselheiro do CRC SP, José Homero Adabo, representante daquela cidade. A parceria com a entidade campineira permitirá a realização de palestras,

seminários e cursos de curta duração, visando a fiscalização preventiva.

Em momento de grande emoção foram feitas, em seguida, as homenagens com a entrega de medalhas. Receberam a Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, pela projeção na militância da profissão contábil, os Contabilistas Júlio Sérgio de Souza Cardozo, entregue pelo paraninfo Elso Raimondi, e Oscar Waldemar Breitenvieser, cujo paraninfo foi o presidente Vaini.



Hora do “parabéns a você” pelos 59 anos do CRC SP.



Os homenageados e Vaini, deputado Arnaldo Faria de Sá, Sebastião dos Santos e Irineu De Mula.

A Medalha Horácio Berlinck, outorgada aos que se distinguem na área acadêmica, foi recebida pelo professor Amaury Maciel, entregue pelo seu paraninfo Pedro Ernesto Fabri, presidente do CRC SP, gestão 2002-2003. O professor Clóvis Luís Padoveze foi outro dos homenageados, recebendo sua medalha do atual presidente do CRC SP, na época vice-presidente de Administração e Finanças, Luiz Antonio Balaminit. O professor Ernesto Rubens Gelbcke recebeu a homenagem das mãos do presidente Vaini.



Padoveze, Balaminit e Vaini.



O auditório do CRC SP, lotado para o evento.

Representando os homenageados, o Contador Júlio Sérgio de Souza Cardoso disse que o Brasil vive um momento grave, mas de oportunidade ímpar para que os Contabilistas despertem, se posicionem e apontem os caminhos melhores para o país.

O CRC SP homenageou também as empresas que colaboraram para a realização da 19ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, realizada em Santos de 7 a 9 de setembro de 2005. Receberam troféus a BDO Trevisan Auditores, representada por Eduardo Pocetti; Ernest & Young Auditores Independentes, representada por Júlio Sérgio de Souza Cardoso; PriceWaterhouseCoopers Brasil Auditores Independentes, representada por



Júlio Sérgio de Souza Cardoso e Vaini.

Contmaster®
Sistemas Administrativos Integrados

Simplex nas operações, poderosos em resultados

- Escrita Fiscal
- Lucro Presumido
- Folha de Pagamento
- C.I.A - Cálculo de Impostos Atrasados
- Ativo e Controle Patrimonial Independente
- Controller - Gerenciador de Escritórios Contábeis
- Contabilidade Geral, Ativo, Controle Patrimonial e Lalur
- Contabilidade Compatível com a ANS - Agência Nacional de Saúde

Visite nosso site: www.contmaster.com.br

Conversão de cadastros
Desenvolvimento de Home-Page

Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, e Deloitte Touche Tomatsu Brasil Auditores Independentes, representada por Ariovaldo Guello.

Confessando-se emocionado, o presidente Luiz Carlos Vaini disse que estava honrado em participar das homenagens a profissionais tão talentosos e que representam o encadeamento em que se dá a carreira do Contabilista: os professores marcam o início; os demais Contabilistas são os que dão a oportunidade de trabalho e orientam os novos profissionais, tornando-se seus tutores.

Despedindo-se do cargo de presidente do CRC SP, Vaini agradeceu a colaboração de todos os funcionários do Conselho, conselheiros e colaboradores.

Disse que sua gestão foi uma continuação da gestão do presidente anterior, Pedro Ernesto Fabri, cujo plano de ação



Vaini: despedindo-se de sua gestão.

deu ênfase à Educação Profissional Continuada, ao profissional contábil, aprofundou o uso da Tecnologia de Informação e estimulou a presença dos Contabilistas nas entidades de classe.

Vaini enfatizou que foi graças ao fato de todos “vestirem a camisa” do CRC SP que foi possível a criação de comissões

em sua gestão: o CRC Jovem, o Projeto Mulher Contabilista, CRC Social e CRC Melhor Idade.

Para finalizar, foi apresentado um vídeo com os principais fatos da gestão 2004-2005 e encerrada a solenidade com chave de ouro: música de qualidade do Grupo Vittrinni’s.

Informações Comerciais: 0800 641 4004

“ ... ENCARAMOS OS SISTEMAS DA DOMÍNIO COMO SOFTWARES INTELIGENTES. SÃO RÁPIDOS E EFICIENTES E A PARTE DA INTEGRAÇÃO É PERFEITA...”

Fátima Alves Tashima
Controladora Adm. Financeira
Contesp Contabilidade (SP)

Domínio Sistemas: clientes satisfeitos.

Os Clientes da Domínio Sistemas têm conseguido reduzir em até 70% seus processos de escrita fiscal e contabilização e em até 50% seus processos de folha de pagamento, resultando na redução do custo operacional e aumento da rentabilidade de seus negócios.

domínio
SISTEMAS
A sua melhor escolha

Acesse: www.dominiosistemas.com.br e solicite uma visita.

**18 Anos de Mercado...
8 Anos em Windows...**

CONTMATIC PHOENIX

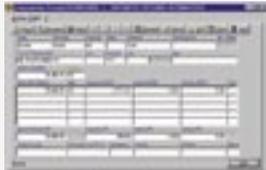
UM VÔO DE ALTA TECNOLOGIA

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INTEGRADOS



Seus Departamentos: Fiscal, Contábil e DP ficarão Surpresos...

Nossos Sistemas



Escrita Fiscal G5 Phoenix

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Sellers dos sistemas de livros fiscais.



Jr Phoenix IRPJ

Tudo fica simples para quem utiliza o Jr. Até mesmo o lucro presumido.



Contábil Phoenix

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.

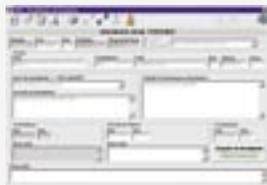
Folha Phoenix
Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.



Adm Calc Phoenix
Cálculo de impostos atrasados.



Gescon Phoenix
Gestão de Empresas Contábeis:
Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix, e muito mais...



www.contmatic.com.br



Nosso compromisso com a Responsabilidade Social, fez incorporar na nossa gestão de negócios, compromissos com nosso público de relacionamento, clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade e governos a fim de termos uma sociedade mais justa, solidária e promissora, com base no desenvolvimento sustentável. O Mundo tem Jeito. Esse é o nosso Jeito.



Deus Seja Louvado
Sérgio Contente
Presidente Contmatic Phoenix

Sistemas Contmatic



E Mais:

- CEAD Contmatic Grátis!!!**
Cursos Especiais de Aprimoramento e Desenvolvimento.
- TV-CEAD Grátis!!!**
Palestras e Cursos ao vivo e gravados pela Internet.
- LEGALMATIC PHOENIX Grátis!!!**
Boletim Contmatic Online.
- Suporte Delivery Contmatic**
Suporte Técnico na sua Empresa.
- SRI Phoenix Grátis!!!**
Relatórios e Guias pela Internet.
- MAC Grátis!!!**
Mensagens de Alerta Urgente Contmatic.
- ENFS Phoenix Grátis!!!**
Emissor de Notas Fiscais de Serviços.



Prêmios



Prêmio Sócio Benemérito



CONTMATIC PHOENIX

Rua Padre Estevão Pernet, nº 215 - Tatuapé
São Paulo - SP - Cep 03315-000
Fone / Fax: (11) 6942-6723

Filiais:

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marília (14) 3454-7774
- ✓ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536

ENTREVISTA

PLANEJAR PARA 10 ANOS E MODERNIZAR O DECRETO-LEI 9295: ALGUMAS DAS METAS DA GESTÃO BALAMINUT

Com 41 anos de idade, o Contador Luiz Antonio Balamnut, o novo presidente do CRC SP para o biênio 2006-2007, iniciou a gestão com grandes desafios: além do registro e da fiscalização da profissão, fazer um planejamento estratégico para 10 anos, investir no desenvolvimento profissional e na gestão do conhecimento, na modernização dos ativos, na ampliação da estrutura física do CRC SP e na atualização do Decreto-lei nº 9295, que há 60 anos rege a profissão contábil. Nesta entrevista, Balamnut fala também da importância da participação dos Contabilistas na política.

Pela primeira vez, o CRC SP está desenvolvendo um planejamento estratégico, que será implantado nesta gestão. Quais são os pontos principais desse plano?

Resposta - Juntamente com o registro e a fiscalização, o principal ponto é conduzir todos os nossos recursos humanos, estruturais e de relacionamentos com a comunidade, inclusive com a acadêmica. "Rumo à excelência" é o nosso lema. Um dos pontos, considerado prioritário nos primeiros 100 dias da nova gestão, é disseminar o Mapa Estratégico 2006-2015 para todos os Contabilistas do Estado de São Paulo. Também queremos realizar uma pesquisa para conhecer melhor, em benefício do plano, os segmentos e o perfil do profissional da Contabilidade. Estamos procurando ampliar convênios com as Secretarias da Fazenda Federal e Estadual, Serasa, Receita Federal e a Junta Comercial do Estado de São Paulo, dentre outros, implantar uma

nova organização, fazer treinamentos de evolução tecnológica e realizar a primeira das doze convenções regionais.

O que é o Planejamento Estratégico CRC SP?

Resposta - É um instrumento de diálogo democrático, baseado no *Metasystem 4R*, criado pela empresa de consultoria JC Renovare, para atingir de forma simples e cristalina o que o CRC SP quer nos próximos 10 anos. Será um conjunto de iniciativas integradas e cumulativas entre si, em que aplicamos de forma prática e harmônica a interseção destes pontos, identificados na metodologia pelos quatro **R: Rumo, Recursos e Relacionamentos** em direção ao alvo, à excelência dos **Resultados** com e para os clientes, que são os Contabilistas, e para o mercado.

Por que o CRC SP optou por um planejamento de 10 anos?

Resposta - Para levar a profissão contábil do Estado de São Paulo a ou-

tro patamar de desenvolvimento, com benefícios para a classe contábil e seus clientes e mercados, num prazo viável de tempo, mesmo porque uma mudança radical não se consegue em menos de uma década.

Como está sendo construído esse planejamento?

Resposta - Começamos traduzindo a visão do futuro de todos os participantes da Comissão do Planejamento Estratégico, que formamos para esse fim, abrangendo todas as especializações contábeis e faixas etárias, e com uma das subcomissões, a de Rumo. Já em novembro do ano passado, analisamos as necessidades e vantagens e trabalhamos as iniciativas discutidas nas outras subcomissões formadas, a de Resultados, Recursos e Relacionamentos. Tivemos, então, uma série de trabalhos: alinhamos os 4R (Rumo, Resultados, Recursos e Relacionamentos) no contexto do orçamento 2006 e

criamos uma agenda com compromissos e responsabilidades, definindo as prioridades das iniciativas para os 100 primeiros dias da nova gestão.

No segundo trimestre, continuaremos construindo a visão compartilhada, a partir das prioridades redefinidas pela subcomissão de Rumo. No terceiro trimestre, iniciaremos o alinhamento do Mapa 2007/2015 com o orçamento de 2007, com indicadores para os projetos, programas e ações.

Vamos acompanhar o progresso do plano e a análise de desempenho a cada três meses, partindo das realizações dos primeiros 100 dias e renovando continuamente o processo, de acordo com as necessidades e identificação de novos eventos.

Quais são os desafios que o planejamento pretende enfrentar?

Resposta - Vamos trabalhar firmemente para conquistar inúmeros pontos que fortalecerão os Contabilistas: a formação de uma liderança empresarial forte, le-

vando em conta o ambiente institucional e regulatório da profissão; investir na educação, estudando a Resolução do Conselho Nacional de Educação 10/04, que instituiu as diretrizes para o curso de Ciências Contábeis; defender a volta do Exame de Suficiência; buscar a expansão dos mercados e alinhar o pensamento dos Contabilistas aos novos modelos de prestação de serviços, profundamente afetados pela Tecnologia da Informação. Queremos, ainda, a harmonização das normas contábeis, para a inserção brasileira no mercado internacional, e que os Contabilistas passem a fazer gestão empresarial com inovação, como fator de prosperidade e qualidade.

Qual é a principal meta e a missão desse Planejamento Estratégico?

Resposta - Além de registrar e fiscalizar, a principal meta é maximizar o desenvolvimento profissional e gerenciar o conhecimento com eficácia para 150 mil Contabilistas, que é o número que estimamos para 2015. A missão deste planejamento é reintegrar melhorias e inovações, em busca da excelência.

O senhor acha que o Contabilista está preparado para enfrentar o mercado de trabalho que, a cada ano, fica mais competitivo?

Resposta - Acreditamos que implementando as iniciativas do Mapa Estratégico estaremos colaborando eficazmente na preparação da classe contábil para um nível superior de competição.

Por que a educação e a cultura são tão importantes para o Contabilista, seja ele recém-formado ou já inserido no mercado de trabalho?

Resposta - Porque educação e cultura são complementos indispensáveis para os Contabilistas e os insumos básicos para a competitividade.



Luiz Antonio Balamnut

Que apoio o senhor pensa que o CRC SP pode dar para a atualização dos Contabilistas?

Resposta - Ao profissional contábil é requerida a constante atualização técnica, bem como um desenvolvimento cultural contínuo, para que possa se manter preparado para reter e aumentar a sua clientela. O CRC SP está em fase de preparação de Convenções Regionais, objetivando principalmente intensificar o relacionamento e o conagraçamento entre os Contabilistas, estudantes, empresários e a comunidade regional, no sentido de promover o intercâmbio de idéias, ensinar a solidariedade, incentivar o interesse pelos problemas da classe, bem como difundir de maneira inequívoca o papel da classe contábil no contexto da comunidade regional e nacional.

Quanto às Convenções Regionais que o senhor mencionou, teriam elas outros objetivos?

Resposta - Entendemos que essas Convenções devem também ter como objetivos atuais a sensibilização dos profissionais sobre a Resolução 10/04, que já mencionei, a sensibilização dos Conta-

“
A missão deste planejamento é reintegrar melhorias e inovações, em busca da excelência.”

bilistas sobre as mudanças tecnológicas previstas, a apresentação e discussão de palestras e trabalhos que digam respeito à profissão, à classe contábil e às técnicas contábeis, além de propugnar pelo aprimoramento técnico-cultural da classe contábil.

Qual a sua opinião sobre o Exame de Suficiência?

Resposta - É absolutamente necessário. E mais, tanto o Exame de Suficiência, como o exame de competência e Programas de Educação Continuada, contribuem para colocar profissionais atualizados e preparados à disposição da sociedade.

“

Nos últimos 60 anos evoluímos tecnologicamente mais do que nos últimos 400 anos, portanto, devemos repensar a norma, por exemplo, visualizando os próximos 10 anos e, depois de 2015, revisá-la novamente.

”

Em que a gestão do conhecimento poderá ajudar o profissional contábil?

Resposta - A gestão do conhecimento ajudará a dar o primeiro passo para a competitividade. O segundo passo será a inovação, uma das grandes iniciativas do Mapa Estratégico.

O senhor defende o uso amplo da tecnologia pelos Contabilistas?

Resposta - A tecnologia veio para ficar. Os profissionais devem fazer cursos especializados em tecnologia da informação e de sistemas. A tecnologia é ferramenta para o exercício de nossa profissão, portanto, os profissionais devem atualizar-se constantemente. Lembremos que ainda estamos passando por uma revolução tecnológica e, dentro de pouco tempo, estaremos assinando eletronicamente o Diário e o Balanço, por meio da certificação digital.

Na sua opinião, as ferramentas tecnológicas de última geração ameaçam postos de trabalho dos Contabilistas?

Resposta - Só dos que não acompanham a evolução tecnológica e não ficam atentos às novas necessidades de seus clientes e do mercado. As necessidades de tarefas mais intelectuais substituirão aquelas mecânicas.

O senhor acredita que atualmente as funções do Contabilista estão mais amplas? Ele pode assumir a função de gestor?

Resposta - Muitos Contabilistas já assumiram a função de gestor. Para que os demais atuem nesse papel, é necessário que participem do processo decisório da empresa, traçando cenários e mostrando tendências. O Contabilista é responsável pela preparação, análise e interpretações das informações estratégicas das empresas. Sejam elas pequenas, médias ou grandes, o que ele tem a fazer é levar essas interpretações para a mesa de decisão, com maior atuação administrativa e gerencial na companhia,

com transparência e ampliação da cultura da governança corporativa.

Por que é importante a interação entre o Contabilista e o usuário da Contabilidade?

Resposta - Porque a melhor decisão sempre será tomada quando o Contabilista fizer parte direta desse processo. Esse é um dos pontos do Planejamento Estratégico.

É enorme a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas nos três primeiros anos de sua existência. Como o Contabilista poderia contribuir para diminuir essa mortalidade?

Resposta - Primeiro, orientando o empresário no nascimento do negócio e preparando, em conjunto com o empresário ou com os sócios do novo empreendimento, um microplano estratégico abrangendo os três primeiros anos. Esse planejamento deve ser tão simples quanto os recursos envolvidos na empresa que está para nascer. Em seguida, acompanhando a evolução do negócio, sempre atento para o balanceamento das despesas, receitas, recursos operacionais, nível dos relacionamentos com o mercado e resultados com os clientes.

Neste ano, o Decreto-lei nº 9295, que rege a profissão contábil, completa 60 anos de sua edição. Na sua opinião, essa norma atende aos anseios da classe contábil?

Resposta - Nos últimos 60 anos evoluímos tecnologicamente mais do que nos últimos 400 anos, portanto, devemos repensar a norma, por exemplo, visualizando os próximos 10 anos e, depois de 2015, revisá-la novamente.

O senhor está satisfeito com a representatividade política do Contabilista?

Resposta - Não e é por isso que estamos trabalhando com uma visão 10 anos à frente.

Responsabilidade social é o lema da atualidade. Em que medida, o Contabilista pode contribuir com o seu trabalho para uma sociedade mais justa?

Resposta - Estamos reintegrando no CRC SP os programas culturais e de responsabilidade social, que marcaram as gestões anteriores. Trabalhos sociais já fazem parte da vida do Contabilista, o que precisamos é fomentá-lo e valorizá-lo.

Qual o significado do lema da sua gestão: “Rumo à excelência”?

Resposta - Significa ser reconhecida como uma entidade que busca diferenciação, servir de exemplo na sua

comunidade e fora dela; ser admirada. Poderíamos dizer que a excelência é conquistada com alianças, parcerias, trabalho árduo e persistente de toda a sociedade envolvida. Sempre com energia e rumo ao alvo: a excelência.

Que mensagem deseja deixar aos Contabilistas do Estado de São Paulo?

Resposta - Quero dizer aos 111 mil Contabilistas operando neste Estado que a nossa classe é uma das mais vigorosas do País, não só pelo número de profissionais atuantes, mas porque somos responsáveis pela gestão de empresas

de todo porte, sejam elas pequenas ou grandes. O desenvolvimento da profissão, nosso grande salto rumo à participação na gestão das grandes corporações globalizadas, vai depender do nosso esforço, da nossa determinação em participar dos programas de educação continuada, da gestão do conhecimento e da criatividade. Trata-se de uma profissão de grande potencial científico, estratégico e merecedora de maior participação na sociedade, nos centros de decisão deste País, na política. Precisamos buscar uma nova realidade para 2015, participar mais, ter maior visibilidade, influir no rumo que queremos para o Brasil.

BIÊNIO 2006-2007: ATOS DOS PRIMEIROS 100 DIAS DA GESTÃO

Um dos primeiros frutos do Planejamento Estratégico 2006-2015, que está sendo construído pela nova diretoria do CRC SP, foi a elaboração de um projeto para os primeiros 100 dias da gestão.

Cada vice-presidência ficou incumbida de priorizar alguns pontos importantes para a viabilização da arrancada rumo aos próximos 10 anos, um dos objetivos deste Planejamento Estratégico.

Vice-presidência de Administração e Finanças – Implementação dos serviços *online* e readequação do prédio do edifício sede; reestruturação administrativa e das delegacias e sedes; implantação de cursos de treinamento para funcionários para atender com excelência os Contabilistas.

Vice-presidência de Fiscalização – Reafirmar e ampliar parcerias com entidades e órgãos governamentais, que facilitem o acesso dos Contabilistas às mais recentes ferramentas de trabalho: Secretaria de Estado da Fazenda, Serasa, Secretaria da Receita Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal Regional Eleitoral, Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Fundação SEADE e universidades.

Vice-presidência de Desenvolvimento Profissional – Iniciar a realização das sete Convenções Regionais para Contabilistas, Empresários da Contabilidade e Estudantes, que acontecerão no Interior do Estado, em 2006. O primeiro evento será em Marília, nos dias 30 e 31 de março.

Vice-presidência de Registro – Dar início a uma ampla pesquisa da classe contábil para ter um perfil atualizado do Contabilista. O objetivo deste trabalho é obter informações sobre os profissionais do Estado de São Paulo para direcionar com exatidão um plano de trabalho que atenda às demandas da classe contábil.

ENTREVISTA

MARANGON, UM CONTABILISTA NA JUCESP: COMPROMISSO DE OFERECER BONS SERVIÇOS

Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Contabilidade para Gestão Empresarial, o presidente da Jucesp – Junta Comercial do Estado de São Paulo, Antonio Marangon, dirige também o SESCOB-SP e é membro da diretoria da Associação Comercial de São Paulo. Nesta entrevista, ele fala dos seus planos à frente da Jucesp.

Quais são os seus planos para a Jucesp?

Resposta - Pretendo implantar a modernização do Registro Público de Empresas, conforme meta do governador Geraldo Alckmin, constante de seus projetos para o Estado de São Paulo.

Que mudanças o senhor pretende implementar?

Resposta - Além do projeto de modernização, vamos nos empenhar para que o atendimento ao empreendedor seja de excelência, pois quem paga pelos serviços tem o direito de ter o retorno eficiente.

Quais áreas serão prioritárias?

Resposta - Em primeiro lugar, atendimento eficiente e eficaz ao usuário, depois quero acelerar o processo de modernização, no qual uma das etapas é o envio eletrônico dos documentos para registro e, por último, aparelhar, treinar e modernizar a estrutura interna da Jucesp.

Que medidas adotará para viabilizar a aceleração dos processos de abertura e fechamento de empresas?

Resposta - Com a implantação da informatização eletrônica e do treinamento

de pessoal, o registro de documentos será instantâneo.

Quanto à Casa do Empreendedor, quais são seus planos para a iniciativa?

Resposta - Estamos estudando uma nova formatação para a mesma, isto é, queremos que a Casa do Empreendedor seja um local onde os empresários encontrem suporte e apoio para a legalização e a realização eficaz na gestão de seus negócios.

Quanto o governo estadual pretende investir para a modernização da Junta?

Resposta - Já foi deliberado para este propósito um investimento de R\$ 10 milhões.

“

A excelência é conquistada com alianças, parcerias, trabalho árduo e persistente de toda a sociedade envolvida.

”

Concluídas as mudanças, em quanto será reduzido o tempo de abertura e encerramento de empresas?

Resposta - Praticamente de imediato, será preciso apenas o tempo necessário para a análise dos dados enviados eletronicamente com o cadastro da Jucesp.

Como o senhor analisa o projeto do Cadastro Sincronizado, no momento em que a Jucesp está se modernizando? Que benefícios a iniciativa, que unificará a Receita, a Fazenda e a Jucesp, trará para os contribuintes?

Resposta - Com o Cadastro Sincronizado (Sefaz-SP e Receita Federal) e possivelmente com a Prefeitura de São Paulo, nossa pretensão é que, ao serem registrados os documentos na Jucesp, estes sejam liberados com a inscrição única na Receita Federal, Secretaria da Fazenda e Prefeitura.

A Jucesp está descentralizada, tendo hoje 51 postos avançados e 21 escritórios regionais. O processo de descentralização está concluído ou o senhor pretende ainda ampliá-lo?

Resposta - Nosso propósito, no momento, é fixarmos todas as atenções e esforços na implantação e implementação da modernização da Jucesp.

Quando era vogal, o senhor presidia a turma de vogais, representantes do empresariado paulista. Como será sua relação com os empresários a partir de agora?

Resposta - Com a vivência e experiência como vogal, terei a oportunidade, como presidente da Jucesp, de atender cada vez melhor suas necessidades, reivindicações e oferecer ótimos serviços.

E como Contabilista, sua presença na Jucesp trará quais benefícios para a classe?

Resposta - Sendo Contador, empresário

contábil e há 35 anos usuário da Jucesp, portanto conhecedor profundo dessa relação, tenho um compromisso muito grande de melhorar esse relacionamento, pois o empreendedor responsabiliza o Contador pela ineficiência e burocracia da repartição.

O novo Código Civil exige adequação dos contratos sociais das empresas. Como está o trâmite de regularização na Casa?

Resposta - Esse processo de adequação e registro na Jucesp está praticamente sanado, temos pouquíssimos casos ainda pendentes.



Antonio Marangon

O que toda empresa espera de seu Contador?



Agilidade, conhecimento e precisão não bastam.

É necessário também:

- amplo intercâmbio de dados com seu cliente;
- uma única entrada de dados que abasteça toda rede de informações dos departamentos contábil, fiscal, pessoal, financeiro e obrigações acessórias;
- geração de relatórios gerenciais e de tributos pela Internet;
- relatórios gerenciais por unidade de negócio em diversas moedas;
- gestão completa da atividade contábil.

O Contador deve ser sempre o **gestor de informação** de seus clientes e o principal suporte para a tomada de decisões em uma empresa.

A Asplan, especializada em software de gestão contábil, elabora sistemas individualizados, adequados para cada cliente. É uma software house de contadores para contadores. **Fale com a Asplan Sistemas.**

asplan

Soluções Inteligentes na
Gestão de Informação

Asplan Sistemas // Tel.: (11) 5081.9800 // www.asplan.com.br

POSSE SOLENE DOS CONSELHEIROS DO CRC SP MOSTRA PRESTÍGIO DA CLASSE CONTÁBIL

Realizada no dia 10 de fevereiro de 2006, a transmissão de cargo para o presidente e a posse solene dos conselheiros do CRC SP teve a presença de autoridades como o secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Hédio Silva Júnior, nomeado pelo governador Geraldo Alckmin para representá-lo na cerimônia, dos deputados federais Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Walter Barelli (PSDB-SP), da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarrim, do presidente do SESCON e da Junta Comercial, Antonio Marangon, do coordenador da CAT da Secretaria de Estado da Fazenda, Henrique Shiguemi, do superintendente da Receita Federal em São Paulo, Edmundo Rondinelli Spolzino, presidentes, representantes e

conselheiros dos CRCs de todo o Brasil, presidentes das Entidades Contábeis Congraçadas, presidentes do CRC SP de gestões anteriores e convidados.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou uma mensagem em que diz que "cada vez mais, o profissional de Contabilidade é requerido para auxiliar na garantia da lisura dos registros tanto da administração privada como na pública. Por isso, o controle do patrimônio público e empresarial requer o trabalho dos profissionais da Contabilidade." Encerrou a mensagem dizendo: "Desejo aos empossados gestão muito produtiva que, com toda a certeza, engrandecerá ainda mais o Conselho."

Momentos de forte emoção aconteceram quando Luiz Carlos Vaini, pre-

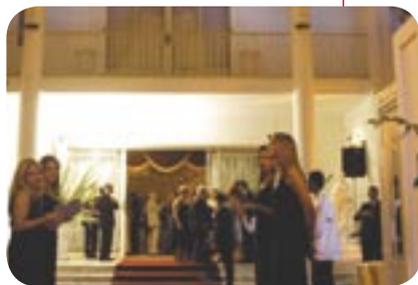


O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit.

sidente do CRC SP, gestão 2004-2005, convocou 14 presidentes da entidade, de gestões anteriores, para transmitirem com ele, a posse ao novo presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit. Lembrando que a história do CRC SP, que neste ano completa 60 anos, foi forjada também pelas pessoas que o presidiram, Vaini desejou uma gestão de sucesso para os conselheiros eleitos.

Chamados um a um, em seguida, foi a vez dos conselheiros serem apresentados e se confraternizarem com o presidente Balaminit e os componentes do Conselho Diretor: Sergio Prado de Mello, vice-presidente de Administração e Finanças; Domingos Orestes Chiomento, vice-presidente de Fiscalização; Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional; e José Aref Sabbagh Esteves, vice-presidente de Registro.

Em seguida, discursaram Dorival Lasso Ortega, presidente da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo, representando as Entidades Contábeis Congraçadas, e o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).



Noite de gala na posse dos conselheiros do CRC SP.



Personalidades políticas, empresariais e lideranças estiveram presentes.



Presidentes Balaminit e Vaini.



Balaminit emocionou com seu discurso.

Declarando-se honrado por representar 111 mil Contabilistas e 18 mil empresas de serviços contábeis, o presidente do CRC SP, gestão 2006-2007, Luiz Antonio Balaminit, disse que se sentia amparado pelo suporte representado pelo trabalho dos funcionários, conselheiros e delegados do CRC SP. Disse que também as parcerias mantidas pelo CRC SP são valiosas, assim como as gestões que o antecederam e que muito contribuíram para o desenvolvimento da profissão.

“Esta é a era da Educação Continuada” – disse Balaminit – “da gestão do conhecimento, da tecnologia da informação, que geram mais negócios, renda e trabalho, que nasce do estímulo à criatividade, meta que objetivamos.”

O novo presidente do CRC SP afirmou que sua gestão está preparando um planejamento estratégico de 10 anos, pois



Presentes, amigos de Piracicaba: Luiz Carlos Giusti, Hermenegildo Vendremiati, Antonio Neves, Balaminit e José Antonio de Godoy.



Da esquerda para a direita, Henrique Shiguemi, Chiomento, Antonio Marangon, Edmur Clóvis Granato, Balaminit e José Homero Adabo.



O Conselho Diretor do CRC SP gestão 2006-2007: Aref, Balaminit, Filippi, Chiomento e Prado de Mello.



O presidente do Sindicato dos Contabilistas de Sorocaba, Mariano Amadio, Carlos Nogueira, Balaminit e Marcos Brunhara.



Mais amigos: José Napoleão Quezada Ribeiro, Balaminit e Júlio Sierra.



A presidente do Sindicato dos Contabilistas de Piracicaba, Josefa Polizel Pais, e seu marido ladeiam Balaminit.

estima que, em 2015, o Estado de São Paulo terá mais de 150 mil Contabilistas. “Com o planejamento estratégico, o CRC SP tem como missão reintegrar melhorias e inovações, trabalhar para ter o Contabilista participativo na sua comunidade, nas entidades de classe e nos governos”.

Balaminit disse, também, que o CRC SP colaborará com o CFC para trabalhar pela mudança da legislação que há 60 anos rege a profissão. “Não é mais possível” – disse ele – “que a Contabilidade, ao acompanhar a evolução tecnológica, e a modernização da legislação, continue sendo regida por um Decreto-lei que não acompanhou as mudanças da sociedade brasileira, em geral, e da profissão e dos profissionais, em particular.”

Ele terminou dizendo que espera que o novo Contabilista, “com a união de propósitos, com ética, retidão e visão

de futuro conseguirá exercer a profissão que será reconhecida pela seriedade, confiabilidade e utilidade à sociedade.”

A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, primeira mulher a exercer essa função, disse que estava muito feliz em participar da posse solene dos novos conselheiros do CRC SP. Ela disse que cada CRC tem suas particularidades “e a do CRC SP é de ter uma gestão brilhante, um modelo para as outras entidades de todo o país”.

Falando em nome do governador Geraldo Alckmin, o secretário Hédio Silva Júnior encerrou a solenidade lembrando da importância do profissional da Contabilidade. “É impossível falar em justiça” – disse ele – “se não tivermos a correção e a transparência das contas públicas. Essa é uma das tarefas que o profissional da Contabilidade exerce com maestria, ajudando no desenvolvimento da sociedade.”

ENTREVISTA

“QUEM SABE O QUE ESTÁ BUSCANDO E ONDE QUER CHEGAR, ENCONTRA OS CAMINHOS E O JEITO DE CAMINHAR.”

Com este lema, a primeira mulher a ser eleita presidente do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, a alagoana Maria Clara Cavalcante Bugarim, começa sua gestão com muita garra e otimismo.

Contadora, administradora e advogada, foi presidente do CRC de Alagoas, por dois mandatos, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade e conselheira do CFC. Ao focar seu plano de ação em Educação Continuada, Maria Clara pretende fortalecer a base dos Contabilistas.

Quais são seus planos como presidente do CFC?

Resposta - Em nossa gestão, vamos dar continuidade ao trabalho. Vamos centrar e focar muito mais na área educacional, até porque esta é a minha formação. Hoje, nós temos um grande sonho, que é a educação à distância. Estamos fechando uma parceria, entre o Conselho Federal de Contabilidade, a Fundação Brasileira de Contabilidade e o Instituto Vias, onde pretendemos viabilizar um grande curso de graduação para os técnicos em Contabilidade. Acho que vai ser uma contribuição real para a classe. Além disso, tive uma reunião com a Universidade de São Paulo, já conversei também com representante da UnB, porque nós vamos buscar as nossas parcerias com mestrados e doutorados. Entendemos que o Conselho deu um passo importante em relação às especializações. Mas, hoje, o grande objetivo a ser atingido é formar mais mestres, mais doutores, porque, a partir daí, há um efeito multiplicador. A partir desses profissionais é que teremos

condições de viabilizar outros mestrados, principalmente nas regiões mais carentes. Por isso, temos que descentralizar, saindo de São Paulo. Principalmente no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, as pessoas não têm condições de vir para São Paulo. Então, nós pretendemos formar massa crítica, para que essas pessoas, nas suas bases, consigam formar mestrados lá. Então, vamos calcar muito nisso.

O que você vai priorizar na sua gestão?

Resposta - Primeiro, a questão da Educação Continuada. Mas acho que uma prioridade muito grande de que não podemos estar dissociados é a questão da fiscalização. Na fiscalização do exercício profissional, pretendo aliar o projeto da Educação Continuada com a fiscalização, para que tenhamos condições de desenvolver um programa de fiscalização preventiva, pois tanto o CFC como os conselhos regionais sempre colocaram o programa de Educação Continuada associado à fiscalização preventiva. Mas, hoje, nós já nos questionamos: até que

ponto, realmente, estamos trabalhando dessa forma? Então, o grande desafio que estamos passando para os nossos vice-presidentes, principalmente vice-presidentes de Fiscalização e Desenvolvimento Profissional, é que precisamos achar esse elo e trabalhar, com essa visão sistêmica, todos os conselhos regionais juntos, buscando, por meio da educação e treinamento, capacitar os nossos profissionais. Eu acho que esta é a missão maior, que focaremos como carro-chefe.

Quais são as bandeiras do CFC hoje, quando você está assumindo o Conselho Federal?

Resposta - A primeira bandeira é essa que acabei de colocar: a fiscalização preventiva. Nós vamos tentar fazer disso um plano nacional e sempre dando continuidade ao trabalho que já existe, que é profícuo. Não podemos esquecer, pois não estamos inventando a roda, mas, cada vez mais, eu acho que as exigências são maiores. Hoje, diante de um mundo globalizado, quando não

existem mundos, não existem fronteiras, o que devemos fazer? Ninguém pode fechar a porta para o progresso e temos que estar preparados. Eu acho que nosso grande desafio, enquanto entidade de classe, é que os conselhos precisam existir não só para proteger seus profissionais, mas para fiscalizar e proteger, acima de tudo, a sociedade, inclusive dos maus profissionais, se for preciso. Essa tem que ser uma visão dissociada daquela visão corporativa, porque tantas pessoas ainda acham que continuamos protegendo os nossos e não estamos abertos para as novas tendências e para os novos desafios.



Acho que nosso grande desafio é que os conselhos precisam existir não só para proteger seus profissionais, precisam existir para fiscalizar e proteger, acima de tudo, a sociedade.



Falando em globalização, como está a internacionalização das Normas de Contabilidade?

Resposta - Para tratar desse assunto, o CFC criou, em novembro de 2005, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Neste Comitê, estamos reunindo diversas entidades ligadas à questão da internacionalização das Normas. Estamos participando com outras entidades, porque precisamos estar alinhados cada vez mais. Se falarmos de normatização, hoje, convergência é a palavra-chave. Precisamos estar unidos e alinhados, porque os investidores internacionais vão parar de investir em nosso país. Acho também que houve uma disseminação aqui. De que palavra? Contabilidade. Qual é o sinônimo? Linguagem internacional dos negócios. E tem que ser: Se é a linguagem internacional dos negócios, todas as nossas demonstrações precisam estar alinhadas com o mundo, como um todo, para darem confiança para esse investidor vir para o nosso país, para poder saber que aqui não confrontamos normas, que a linguagem que falamos é a mesma do universo global.

Muita gente deve estar lhe perguntando: o que significou para você ser eleita a primeira mulher presidente do CFC?

Resposta - Primeiro, um orgulho muito grande. Temos plena consciência dessa responsabilidade. Eu até brincava com algumas colegas, porque tínhamos também um movimento da mulher Contabilista. Esse movimento deu maior visibilidade, fortaleceu muito a nossa chegada ao Conselho Federal. Mas acho que, além do orgulho, além da consciência da responsabilidade, sempre penso que maior que tudo isso é a nossa vontade, é o nosso compromisso de que vai dar certo, de que nós vamos realmente desenvolver isso, sem arrogância. Porque



**Maria Clara Cavalcante
Bugarim**

queremos, realizaremos e não aceitamos, sob hipótese alguma, pensar que não vamos conseguir!

Como tem sido a repercussão da sua eleição no meio contábil brasileiro?

Resposta - Sem querer fazer média, o que nos deu mais orgulho é que a nossa eleição foi unânime. Além da unanimidade de nosso plenário, nós tivemos, eu até registrei isso em ata, a presença significativa do Conselho Diretor do CRC de São Paulo, quer dizer, o maior conselho do Brasil estava lá com toda a representação, apoiando. Posteriormente, tivemos outra reunião também com o Conselho Diretor: Nós temos um trânsito muito harmônico e um apoio natural do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, e agora, do Sul e Sudeste. Nossas questões, inclusive as políticas, todas já foram superadas. Nós estamos vivendo num momento de muita harmonia. Isso também é uma coisa muito boa. Porque estou assumindo num momento de paz, estou assumindo num momento em que todas as pessoas estão desarmadas, estão querendo contribuir. Então, se

eu tenho a vontade de realizar, se estou tendo todo esse respaldo, não tenho como errar. Vamos ter que dar certo, mesmo. Porque, quando todo mundo está unido num mesmo propósito, agora é encontrar a divisa, assim o diabo não pega. Quem sabe o que está buscando e onde quer chegar, encontra os caminhos e o jeito de caminhar. Então, acredito que, com todos de mãos dadas, com certeza, tudo vai dar certo.

Você acredita que a Contabilidade está deixando de ser uma profissão eminentemente masculina?

Resposta - Acredito e vou dizer porque. Na época em que cursei Ciências Contábeis, nós até brincávamos, porque tinha uma novela cujo nome era "Éramos Seis" e na nossa turma éramos seis mulheres e éramos apontadas como uma coisa extraordinária, porque os professores entravam e diziam: "Olha, seis mulheres!". Hoje, o que nós estamos vendo é que a presença feminina é maciça. Assim como o Técnico em Contabilidade está se direcionando para ser Contador, da mesma forma

“

A mulher procura uma profissão que nos dá, acima de tudo, empregabilidade, que é o grande ganho da profissão contábil. ”

acontece com relação à mulher, com a presença feminina. Quer dizer que a mulher procura uma profissão que nos dá, acima de tudo, empregabilidade, que é o grande ganho da profissão contábil. A Contabilidade é excelente porque temos um horário mais flexível, temos um leque de atuação muito grande. A Contabilista pode lecionar, pode ter uma empresa de Contabilidade, com um horário flexível, para conseguir conciliar tudo isso. A mulher despertou e, inteligentemente, está aí ocupando o seu espaço

Aproveitando esse momento de paz que você disse que está tendo com os CRCs, quais são os projetos do CFC para os Regionais?

Resposta - Existe, desde a década de 90, no CFC, o que a gente chama de visão sistêmica. Todos os nossos projetos são disseminados de uma forma geral. Ao falar de fiscalização preventiva, lembrei-me que vamos ter um seminário onde vamos pegar todo o nosso plano de fiscalização, todas as estratégias, e vamos focar para o Brasil como um todo. A nossa idéia é sempre estar disseminando essa visão conjunta. O sistêmico tem que ser uma corrente com elos fortalecidos. A partir do momento que eu tenho um regional ou outro extremamente bem estruturado e que eu tenha os demais cheios de carências, nunca vamos passar para a sociedade a grandeza de nossa profissão. Conversando com alguns professores da Universidade de São Paulo, dizíamos o seguinte: temos 388 mil profissionais na nossa classe, destes há menos de 200 mestres. A USP, a única universidade brasileira que forma doutores em Contabilidade, formou 146 doutores. Mas quantos estão na ativa, quantos faleceram e quantos não estão mais trabalhando? Como é que pode, num universo tão grande, tão vasto, nós termos um número tão pequeno? E mestres, não chegamos a ter mais que

“

Que as pessoas façam parte, tragam críticas construtivas e, acima de tudo, fortaleçam sua classe. É a partir daí que a classe contábil vai ter voz, vai ser ouvida e vai dar uma contribuição mais efetiva a toda sociedade brasileira. ”

800 mestres. Por isso é que estamos a toda hora falando e parece repetitivo. É a Educação Continuada, tem que ser, não há outro caminho. Porque, a partir daí, qualquer outro segmento ligado à Contabilidade vai ter um reflexo positivo. Se não investirmos no ensino e na educação, se não aprimorarmos, não vamos conseguir deslanchar. Alguns nichos de mercado vêm sendo fortalecidos, mas a obrigação do CFC é olhar o todo. Temos um topo da pirâmide que está se fortalecendo, mas a base continua com muitas carências.

Como estamos num ano eleitoral, o CFC tem algum projeto voltado para a vida política?

Resposta - Neste ano, vamos comemorar sessenta anos de criação do CFC. Queremos lançar uma campanha grande. Pensamos em comemorar os nossos

sessenta anos e aliar isso ao momento político. Se estamos nesse período de eleição, se nesse período aconteceram tantos dissabores, acho que é o momento de fortalecer a imagem do profissional da Contabilidade como aquele profissional que prima pela transparência e pela ética. Estamos pensando em fazer uma campanha nacional nesse sentido. E se conseguirmos nos conscientizar, que maravilha! Só de profissionais contábeis são quase quatrocentos mil. Se cada pessoa tiver a consciência de sua responsabilidade social, tiver a consciência que pode ser um formador de opinião, só com uma classe, podemos fazer a diferença no país. Então, pretendemos fazer isso. O Conselho de São Paulo e alguns outros regionais já estão concretamente mostrando iniciativas positivas, firmando convênios com os Tribunais

Regionais Eleitorais, onde vamos colocar profissionais da Contabilidade à disposição para analisar as contas dos partidos políticos. Onde existe controle, os desmandos não acontecem. Nós pagamos um preço muito grande, porque parece que estamos sempre atrelados aos desmandos da coisa pública. Nós podemos, por meio dos Contadores públicos, das prefeituras, em todos os órgãos, ter profissionais conscientes, que estejam alertas, para tornarem-se fiscais. Nós precisamos de fiscais da sociedade e acho que o profissional contábil é o melhor; está bem mais preparado para isso.

Qual é a sua mensagem para os Contabilistas brasileiros?

Resposta - Creio que a mensagem é que acreditamos muito em nossa

profissão e cada vez mais precisamos nos orgulhar dela, porque essa pujança que nós já atingimos, todo esse grau de evolução, é causa de orgulho para nós e todos precisam ter consciência disso. Precisamos de um chamamento para que os profissionais participem e fortaleçam suas entidades, para que tenhamos realmente condições de fazer um trabalho profícuo, em prol de todos. Eu sempre digo que a gente só ama aquilo que conhece. Algumas pessoas criticam. As críticas são positivas, quando elas são construtivas. Então, que as pessoas façam parte, tragam críticas construtivas e, acima de tudo, fortaleçam sua classe. É a partir daí que a classe contábil vai ter voz, vai ser ouvida e vai dar uma contribuição mais efetiva a toda sociedade brasileira.

**GLAN
DATA**

**Se o seu concorrente usa Glan Data, fique de olho.
Sua Empresa pode estar ficando para trás**

Sistemas Administrativos e Gerenciais vendas@glandata.com.br www.glandata.com.br

Projeto Escritório Contábil

Exclusivo → **Gerenciador de Custos**

- A Mensalidade do seu cliente está correta?
- A distribuição de trabalho entre os funcionários está correta?
- Você sabe quanto custa o seu cliente?

Exclusivo → **RH-Online**

- Interatividade do DP com o RH do cliente.
- Diminuição de 85% do serviço do DP.

Exclusivo → **Gerenciador de Arquivos Eletrônico**

- Controle Interno e Externo da Documentação do Cliente

Folha de Pagamento

Contabilidade

Fluxo de Caixa

Escrita Fiscal

Projeto Empresa

Financeiro - Faturamento - Estoque - Compras

ABRINDO PORTAS PARA O FUTURO



TRAZENDO SOLUÇÕES PARA O PRESENTE



Solicite uma demonstração sem compromisso: (11)4461-4771 - (11)4461-0080

CRC SP HOMENAGEIA MELHORES ALUNOS COM DIPLOMA DE MÉRITO

Emoção e alegria foram os sentimentos que tomaram conta dos participantes da entrega do Diploma de Mérito “Contador Octávio Almeida”, realizado no TUCA – Teatro da Universidade Católica, da PUC/SP, na noite de 15 de dezembro de 2005.

Desde 1984, o CRC SP premia os melhores alunos que estão concluindo os cursos técnicos de Contabilidade e de Ciências Contábeis, indicados pelas instituições de ensino, tendo como patrono uma personalidade contábil, já falecida.

Neste ano, o patrono escolhido foi o Contador Octávio Almeida, presidente do CRC SP em 1980. O evento contou com a presença maciça da família do homenageado, inclusive sua sogra, dona Maria Magdalena Kruse Cunha, com 102 anos de idade.

Personalidades do mundo contábil e acadêmico foram recebidas pelo presidente do CRC SP, gestão 2004-2005, Luiz Carlos Vaini, para compor a mesa que presidiu a solenidade: presidente do SESCON-SP, Antonio Marangon; presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais e da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, Francisco Antonio Feijó; Nicolás Alvarez Nuñez, professor da FEA-PUC, membro do Conselho de Administração e Finanças e assessor da presidência da Fundação Cultural São Paulo; Geraldo Gianini, coordenador do curso de Ciências Contábeis da PUC/SP; Arthur Magalhães Andrade, presidente do CRC SP, gestão 1959-1960, e o representante da família de Octávio Almeida, Edison da Cunha Almeida.

Durante a solenidade, Antonio Marangon, representante das Entidades Contábeis Congraçadas, exortou os formandos a participar das entidades que representam os Contabilistas, “onde os profissionais recebem o apoio para exercer e solidificar a profissão.”

Discorrendo sobre o homenageado, Francisco Antonio Feijó lembrou a disponibilidade que Octávio Almeida sempre mostrou para participar dos movimentos em prol dos Contabilistas. “Mesmo sabendo que estava com problemas de saúde” – disse Feijó – “ele fez questão de assumir a presidência do CRC SP, morrendo na flor da idade, com apenas 53 anos.”

Uma das mais gratas recordações que tem do seu pai – contou Edison da Cunha Almeida, que falou em nome da família do homenageado – é da sua presença nos eventos da classe contábil. “Aprendi com ele a importância de se militar nas entidades de classe, pois é desta maneira que se garante o exercício respeitado da profissão, especialmente dos Contabilistas, uma classe bastante unida e que se faz muito presente na vida nacional.”

As homenagens prosseguiram com a entrega de flores às senhoras Neide da Cunha Almeida e Maria Magdalena Kruse Cunha, respectivamente viúva e sogra de Octávio Almeida, por dona Alzinéia Ramos Vaini, esposa do presidente Vaini.

Os melhores alunos receberam, assim que chegaram ao TUCA, o Diploma de Mérito e, no transcorrer da solenidade, um troféu, instituído na gestão 2004-2005, entregue pelos respectivos professores.



Edison da Cunha Almeida exhibe o Diploma de Mérito “Octávio Almeida”, junto com Vaini.



A mesa que presidiu o evento.



Da esquerda para a direita, Flávio Gonçalves Pacheco, Gildo Freire, Luiz Carlos Vaini, Sergio Prado de Mello, Antonio Marangon e Francisco Antonio Feijó.

“Mostrem este troféu a todos os amigos, parentes e colegas de trabalho” – aconselhou o presidente Vaini – “pois ele é uma conquista de todos vocês, com a chancela do CRC SP, e uma homenagem a este grande Contador, que foi Octávio Almeida.”

Luiz Carlos Vaini encerrou o evento, apresentado pelo professor e conselheiro do CRC SP Clóvis Ioshike Beppu, agradecendo a presença de todos e desejando muito êxito na carreira dos novos Contabilistas.



Na seqüência, melhores formandos (no centro) recebem seus troféus de Antonio Marangon, dos conselheiros José Joaquim Boarin e Gildo Freire de Araújo, e de Nicolas Alvarez Nuñez, acompanhados pelo presidente Vaini (à esquerda).



Soluções para gestão empresarial

Mostramos o caminho para uma administração segura e eficiente.

Com nossos modernos sistemas de gestão, você irá maximizar os recursos de seu escritório integrando a sua empresa por completo.



Conheça as soluções em:

- ▶ Relacionamento com clientes
- ▶ Business Intelligence
- ▶ Gerenciamento de documentos
- ▶ Gestão comercial, contábil, financeira e fiscal
- ▶ Administração de processos
- ▶ Ponto eletrônico

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa.

Solicite uma demonstração.

Sistemas fáceis de usar, simples de instalar e com suporte rápido por telefone e internet.



Somando soluções para obter resultados

0800 55 10 37

www.prosoft.com.br

ENTREVISTA

CADASTRO SINCRONIZADO, NOTA FISCAL ELETRÔNICA: FISCO PAULISTA PARTE PARA O CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES

Henrique Shiguemi Nakagaki, à frente da Coordenadoria de Administração Tributária, da Secretaria de Estado da Fazenda, acredita que será possível implementar, neste ano, uma série de serviços eletrônicos.

Como está o andamento da implantação do Cadastro Sincronizado no Estado? Qual a previsão para que esteja funcionando?

Resposta - O Cadastro Sincronizado é um projeto muito ambicioso, e também de muita complexidade, tanto em relação às soluções tecnológicas, quanto à integração dos processos internos das organizações participantes. Estamos trabalhando firme para que o sistema entre em operação em março. Porém, esta previsão de implantação está sujeita à confirmação dos demais órgãos envolvidos no trabalho, a saber: Receita Federal, Serpro e Prodesp. Como eles também estão dando tratamento prioritário ao desenvolvimento do Cadastro Sincronizado, acreditamos que nossa expectativa acerca deste prazo será atendida.

Como a Nota Fiscal Eletrônica funcionará e que vantagens trará para os empresários? Como desburocratizará as atividades tributárias?

Resposta - Antes de promover a saída da mercadoria, a empresa deverá gerar um arquivo eletrônico, com assinatura digital, com as informações fiscais da operação. Esse arquivo eletrônico

representará a Nota Fiscal Eletrônica e seus dados serão imediatamente transmitidos ao Fisco para verificação preliminar. Após a verificação, o contribuinte receberá um código de autorização para transitar com a mercadoria. Parece complicado, mas o processo todo deverá demorar alguns poucos segundos. Os dados da NF-e ficarão à disposição do destinatário da mercadoria para consulta via internet. O arquivo será ainda transmitido à Receita Federal e, em caso de operação interestadual, para a fiscalização do estado de destino da mercadoria. Para o vendedor, as vantagens, entre outras, serão a redução de custos – de impressão e armazenagem de documentos fiscais, por exemplo – e redução do tempo de parada de caminhões em postos fiscais de fronteira. Para o comprador, o sistema eliminará a digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias, reduzindo erros de escrituração, bem como menor custo com armazenagem de documentos. A desburocratização ocorrerá porque o projeto da Nota Fiscal Eletrônica prevê a simplificação de obrigações acessórias, como a dispensa de obtenção de AIDF – Autorização para a Impressão de Documentos Fiscais.

“ O trabalho dos Contabilistas será fundamental para a adaptação dos contribuintes às inovações introduzidas no ambiente da administração tributária. ”

Como será a Rede Paulista de Informações Eletrônicas?

Resposta - O projeto tem como principal objetivo o cruzamento de informações prestadas pelo contribuinte à Secretaria da Fazenda, com outras informações obtidas junto às demais secretarias de governo paulistas, Fiscos de outras unidades da Federação, Receita Federal e INSS. As informações serão de natureza tributária, financeira, patrimonial e cadastral de pessoas físicas e jurídicas. Os resultados dos cruzamentos poderão ser de determinada empresa ou pessoa ou, ainda, de todas as informações de um determinado setor de atividade.

Qual a expectativa para a implantação?

Resposta - A implantação já está ocorrendo, de forma gradativa. Desta forma, encontram-se hoje disponíveis, para consulta, análise e auditoria pelo Fisco paulista, as informações eletrônicas de cerca de 13.000 estabelecimentos, que respondem por mais de 80% das operações de empresas paulistas com contribuintes de outros Estados. Em 2006, os esforços serão concentrados na obtenção de informações de bases externas à Sefaz, por meio de celebração de contratos, convênios e protocolos. A principal meta é a operacionalização da troca de informações com a Receita Federal, de forma sistêmica.

Como está sendo o relacionamento entre a Administração Tributária e os diversos setores, como bancos, empresas de telefonia e companhias elétricas, que participarão dessa Rede?

Resposta - A Administração Tributária já recebe informações dos bancos comerciais, enquanto órgãos arrecadadores, e das empresas de telefonia e de energia elétrica, visto que estas são

contribuintes do ICMS obrigadas a prestar informações regularmente sobre suas operações e prestações. As limitações de sigilo impostas pela legislação em vigor, observadas rigorosamente pela Sefaz, não prejudicam a utilização das informações prestadas.

Como o senhor analisa o trabalho dos Contabilistas na adequação dos seus clientes para essas mudanças? Será uma transição fácil?

Resposta - O trabalho dos Contabilistas será fundamental para a adaptação dos contribuintes às inovações introduzidas no ambiente da administração tributária. O conhecimento e a experiência



Henrique Shiguemi Nakagaki

“
Incentivamos muito as parcerias entre a administração tributária e entidades, entre as quais o CRC SP tem papel de destaque, porque são importantes instrumentos para a melhoria dos serviços públicos.
”

desta categoria profissional, que já foram amplamente demonstrados, serão imprescindíveis no assessoramento aos seus clientes. Quanto à transição, não vislumbramos grandes problemas. Além disso, sempre que mudanças são adotadas, discutimos previamente com os setores envolvidos com o objetivo de minimizar a possibilidade da ocorrência de problemas.

O que o senhor achou da proposta de parceria apresentada pelo CRC SP, a fim de que haja cooperação mútua para melhoria dos serviços prestados à sociedade?

Resposta - Incentivamos muito as parcerias entre a administração tributária e entidades, entre as quais o CRC SP tem papel de destaque, porque são importantes instrumentos para a melhoria dos serviços públicos. Junto ao CRC SP, a Coordenadoria da Administração Tributária envidará todos os esforços para viabilizar a proposta de parceria, já que acreditamos que seja um bom caminho e que poderemos colher excelentes frutos com o trabalho conjunto.

CFC CRIA O LEIAUTE BRASILEIRO DE CONTABILIDADE DIGITAL

O CFC resolveu criar o Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital, alinhado às NBCs – Normas Brasileiras de Contabilidade, para a escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital. Para isso, editou a Resolução nº 1061, de 9 de dezembro de 2005.

São vários os objetivos que guiaram a criação desse tipo de ferramenta, entre eles a padronização dos procedimentos para a escrituração contábil digital e para a emissão das Demonstrações Contábeis, o plano referencial para a geração do Leiaute Brasileiro de Contabilidade, para permitir a disponibilização de informações digitais para terceiros autorizados e a guarda desses arquivos pelos prazos legais em território nacional.

Também por meio do leiaute, o CFC pretende estabelecer a estrutura e as características dos lançamentos contábeis e das Demonstrações Contábeis a

serem inseridas no Livro Diário Digital e nos Livros Auxiliares Digitais.

A criação do leiaute visa, ainda, adequar a padronização dos procedimentos de escrituração contábil digital, sua disponibilização para terceiros autorizados e sua guarda pelos prazos legais, visando à harmonização contábil.

O arquivo da escrituração contábil digital deve ser gerado anualmente pelo empresário e a sociedade empresária que mantiver escrituração contábil em forma eletrônica, incluindo os livros auxiliares com base no leiaute definido.

O empresário e a sociedade empresária devem ter mecanismos que permitam ao Contabilista adotar sistema de *backup*, que garanta a segurança da escrituração contábil digital em casos de extravio e acidentes no computador.

Quando a escrituração contábil em forma eletrônica estiver sob a responsabilidade de organização contábil, conforme



definido pelo CFC, a responsabilidade prevista é do Contabilista.

A íntegra da Resolução CFC nº 1061/05, bem como a da Resolução CFC nº 1020/05, que trata das formalidades da escrituração contábil em forma eletrônica, já estão disponíveis no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br).

Etiquetas Patrimoniais / Ativo Fixo com CÓDIGO DE BARRAS e numeração arábica

NOS MATERIAIS: Alumínio, Aço Inox e Poliester.

IMPRESSÃO: a) Gravado em Baixo Relevo;
b) Foto Anodização e Eletrônica Digital.

FIXAÇÃO: Poderá ser com adesivo ou furos.

PADRÃO DOS CÓDIGOS: 128 e 2 de 5 Entrelaçados.

DIFERENCIAIS: Resistente a altas temperaturas, umidades, produtos químicos, ambientes hostis e **garantia de 30 anos.**

A MAIS MODERNA E SEGURA FORMA DE CONTROLAR SEU PATRIMÔNIO



INDEMETAL® - IND. DE ETIQUETAS METÁLICAS LTDA.
R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
Fone: 11 4023.1712 - E-mail: indemetal@indemetal.com.br

VISITE NOSSO SITE
www.indemetal.com.br



25
ANOS DE QUALIDADE

Integração total entre o seu escritório e seus clientes com agilidade e eficiência.

A Dpcomp desenvolveu o **Evolution**, a mais nova tecnologia que chegou para organizar e integrar todos departamentos de sua empresa, possibilitando um maior controle das atividades diárias do seu negócio e encaixando-se perfeitamente às suas necessidades.



• Gestão Contábil

-  folha de pagamento
-  contabilidade
-  escrita fiscal
-  atualizador de impostos

• Gestão Empresarial

-  faturamento
-  financeiro
-  estoque
-  suprimentos
-  call center

- A Dpcomp foi a pioneira no desenvolvimento do sistema de Folha de Pagamento;
- Disponibiliza sistemas dotados da flexibilidade e confiabilidade com um dos mais utilizados bancos de dados do mercado, o MySQL;
- Todos os sistemas Dpcomp estão preparados para trabalhar remotamente via internet a partir de qualquer localidade.

CARÍSSIMOS LEITORES,

Em relação ao trabalho “O controle e a informação contábil no planejamento tributário de uma pequena empresa para redução dos tributos e otimização dos lucros”, publicado nas páginas 40 a 54 do *Boletim CRC SP*, número 157, e diante das dúvidas apresentadas por alguns leitores, vimos esclarecer o que segue:

1) O trabalho apresentado refere-se a um planejamento tributário elaborado em 2004, para o exercício de 2005. Sendo assim, a legislação tributária aplicada não é definitiva, pois os dados apresentados foram obtidos através de métodos orçamentários (que não são objetos do trabalho). Portanto, alguns cálculos e contabilizações foram efetuados não ao rigor da Legislação Tributária e, sim, de uma forma a apresentar com clareza os resultados dos meios de tributação apresentados, principalmente em relação ao PIS e à COFINS.

2) A empresa em estudo é uma empresa comercial.

3) O ICMS não foi objeto de estudo do presente trabalho, porém vale ressaltar que a empresa em estudo situa-se em Minas Gerais e que a base para o orçamento do ICMS refere-se a uma legislação específica para as microempresas e as empresas de pequeno porte de Minas Gerais, denominada de Simples Minas.

4) A empresa em estudo é classificada no Simples como empresa de pequeno porte, por isso é que a alíquota inicial foi de 5,4% (tabela 1), independente da receita bruta acumulada de janeiro de 2005 ter sido de R\$ 98.000,00. As alíquotas de 3%, 4% e 5% são aplicadas às microempresas.

5) O artigo original apresentado no Congresso Brasileiro de Contabilidade, em 2004, teve como base outra época. Diante das constantes mudanças na Legislação Tributária, a equipe editorial do *Boletim CRC SP* nos pediu para revisar e atualizar o trabalho em relação à legislação que trata, principalmente, da COFINS e do PIS. O trabalho foi revisado e enviado pela primeira vez por *e-mail* e recebida pelo CRC SP. Ao enviar a primeira revisão do trabalho, percebemos que ainda havia algumas falhas. Fizemos uma segunda revisão e enviamos novamente por *e-mail* para o CRC SP, porém, por uma falha nossa no envio, o CRC SP não recebeu a versão final do trabalho, o que levou a publicação do artigo não revisado totalmente. Diante dessa situação, seguem algumas observações:

- a) Na página 49, o ano correto do orçamento é 2005.
- b) Na página 51, a base correta para o crédito do PIS e da COFINS é de R\$ 858.440, (R\$ 852.480 + R\$ 5.960).
- c) O cálculo do crédito do PIS e da COFINS foi efetuado com base no CMV (para efeito do trabalho é o reflexo das compras no resultado) e na energia elétrica, pois como se trata de um planejamento o importante para efeito deste trabalho é o resultado líquido que será desembolsado do PIS e da COFINS e o seu efeito no resultado.
- d) Com a alteração da base de cálculo do crédito do PIS e da COFINS, tivemos alterações nos quadros 5, 6, 7 e 8.

QUADRO 1: CÁLCULO DO LUCRO REAL

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VR. TRIBUTO
PIS ⁽¹⁾	1.152.000	1,65%	4.844
COFINS ⁽²⁾	1.152.000	7,60%	22.311
IRPJ ⁽³⁾	62.906	15%	9.436
CSLL ⁽⁴⁾	62.906	9%	5.662
INSS SALÁRIOS	42.600	27,8%	11.843
INSS RETIRADA	10.800	20%	2.160
TOTAL			56.256

(1) Crédito PIS = 858.440,00 (852.480 + 5.960) × 1,65% = 14.164 ± (19.008 - 14.164 = 4.844)

(2) Crédito COFINS = 858.440,00 × 7,60% = 65.241 ± (87.552 - 65.241 = 22.311)

(3) Base de cálculo = 1.152.000 × 8%

(4) Base de cálculo = 1.152.000 × 12%

QUADRO 2: APURAÇÃO DO LUCRO REAL

APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Receita Bruta	1.152.000
(-) Dedução da Receita Bruta	(76.691)
Receita Líquida	1.075.309
(-) CMV	(852.480)
Lucro Bruto	222.829
(-) Despesas Operacionais	(159.923)
Lucro antes do IR e CS	62.906
Adições	0
Exclusões	0
Lucro Real	62.906

QUADRO 3: COMPARAÇÃO ENTRE SIMPLES, LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL

COMPARAÇÃO DOS IMPOSTOS NO ANO

IMPOSTOS	SIMPLES	PRES.	L.REAL
SIMPLES	80.420	-	-
PIS	-	7.488	4.844
COFINS	-	34.560	22.311
IRPJ	-	13.824	9.436
CSLL	-	12.442	5.662
INSS SAL.	-	11.843	11.843
INSS RET.	-	2.160	2.160
TOTAL IMP.	80.420	82.316	56.256

QUADRO 4: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVO PARA 2005

	SIMPLES	L.PRESUMIDO	L. REAL
RECEITA BRUTA	1.152.000	1.152.000	1.152.000
(-) DEDUÇÃO RECEITA BRUTA	(129.956)	(117.850)	(76.691)
ICMS	(49.536)	(49.536)	(49.536)
SIMPLES	(80.420)		
PIS		(7.488)	(4.844)
COFINS		(34.560)	(22.311)
IRPJ (Presumido)		(13.824)	
CSLL (Presumido)		(12.442)	
= RECEITA LÍQUIDA	1.022.044	1.034.150	1.075.309
(-) CMV	(852.480)	(852.480)	(852.480)
= LUCRO BRUTO	169.564	181.670	222.829
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(145.920)	(159.923)	(159.923)
Salários	(42.600)	(42.600)	(42.600)
INSS s/ Salários		(11.843)	(11.843)
Energia Elétrica	(5.960)	(5.960)	(5.960)
Depreciação	(21.600)	(21.600)	(21.600)
Retirada pró-labore	(10.800)	(10.800)	(10.800)
INSS s/ Retirada		(2.160)	(2.160)
Despesas Gerais	(56.800)	(56.800)	(56.800)
Despesas Financeiras	(8.160)	(8.160)	(8.160)
= LUCRO ANTES IR E CS	23.644	21.748	62.906
(-) IRPJ			(9.436)
(-) CSLL			(5.662)
= LUCRO LÍQUIDO	23.644	21.748	47.808

e) Diante das alterações apresentadas, vimos ressaltar que as mudanças nos cálculos não influenciaram o objetivo e, principalmente, a conclusão do trabalho.

No intuito de ter esclarecido as dúvidas, pedimos desculpas pelo transtorno e agradecemos a todos os leitores que se manifestaram, pois é assim que conseguimos discutir assuntos de relevância e engrandecer a Contabilidade.

Atenciosamente,

Daniel Fonseca Costa
Mariano Yoshitaque

SOLUÇÕES CONTÁBEIS FOLHAMATIC PARA SEU ESCRITÓRIO

FOLHAMATIC
Folha de Pagamento



ADMISOFT

Administrador de Escritório Contábil + Financeiro + Cálculo de Impostos em Atraso

E-FISCAL

Escrita Fiscal + Impostos + Livro Caixa



TELECONT

Contabilidade + LALUR + Ativo + Gráfico + Livro Caixa

Boletim
CENOFISCO FOLHAMATIC



PONTOMATIC

Gerenciamento de relógio ponto

finamatic

CONTAS A RECEBER E PAGAR
FLUXO DE CAIXA E BANCOS



fatumatic

SISTEMA DE FATURAMENTO



estmatic

ESTOQUE DE MATÉRIAS PRIMAS
+ ESTOQUE DE PRODUTO FINAL + IOP



A grande novidade
FOLHAMATIC deste ano
está próxima de acontecer.
Em breve você terá acesso a
um novo sistema que vai
revolucionar o seu dia-a-dia.

*Novidade
Folhamatic 2006.
Nova ferramenta,
muitos resultados.
Aguarde.*

FÁBRICA
DE SOFTWARE



FINALIZANDO
PRIMEIRA
ETAPA

FUTURA
SEDE



CENTRAL DE
SUPORTE TÉCNICO



Fale com a gente e
solicite nossa visita.
NÓS IREMOS ATÉ VOCÊ
SEM NENHUM CUSTO.

www.folhamatic.com.br

VENDAS

0800 015 4400

SUPORTE TÉCNICO

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre



ANO



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

Sua marca

É assim que o mercado vê a sua marca quando o balanço financeiro e social da sua empresa é publicado no Estadão.

Para anunciar, ligue (11) 3856.2080
publicidade.legal@grupoestado.com.br

